

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

NATÁLIA MESSINA

**EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO:
RAZÕES E CONTRADIÇÕES**

Uberaba – MG

2016

NATÁLIA MESSINA

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO:

RAZÕES E CONTRADIÇÕES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração Fundamentos e Práticas Educacionais, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Dalberio dal Bello

Uberaba – MG

2016

AGRADECIMENTOS

À família – Juçara e Antônio – agradeço pelo eterno e incessante apoio mesmo nos momentos mais delicados. Ao Érico pela leituras diligentes e companheirismo nesta etapa de profundo amadurecimento. Aos inesquecíveis amigos – Natália, Diego, Ester e Alex – que me acompanharam nesta etapa de minha vida, agradeço pelo carinho nos mais diversos momentos. A 2.a turma de mestrado – Ana Paula, Diego, Maira, Fabíola, Mauro, Rosa, Douglas, Júlio Henrique, Ester, Jussara, Tatiana, Edmeire, Natália, Dóris, Luce Mary, Neusa, Taynara, Carmem, Dos Anjos, Valéria e Katiane – pela amizade e companhia. À minha segunda família – Tayssa e Ana – que fizeram com que meus dias em Uberaba fossem melhores e mais tranquilos diante da saudade da minha família. Ao Daniel pelo apreço e incentivo mesmo nos momentos mais frágeis.

Pelo respaldo científico e auxílio no desenvolvimento dessa dissertação, agradeço ao Prof. Dr. Osvaldo Dalberio dal Bello, que diante de sua determinação e ética, tornou-se um exemplo profissional e pessoal. Aos professores participantes da banca de qualificação, Dra. Vânia Maria de Oliveira Vieira, Dr. Ailton Paulo de Oliveira Júnior, Dr. Wagner Wey Moreira e Dr. Humberto Marcondes Estevam pela leitura cuidadosa e direcionamento do trabalho. Também agradeço a contribuição significativa de todos os demais professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFTM, em especial a coordenadora Prof^a. Dra. Martha Prata-Linhares na prontidão e condução dos fatores técnicos e administrativos. Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação Ética do Professor (FEP), pelo acolhimento e conhecimento proporcionado. E à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro junto ao Programa de Demanda Social no período de desenvolvimento dessa Dissertação de Mestrado.

RESUMO

Vinculada a Linha de Pesquisa 1 – Fundamentos e práticas educacionais do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), a presente dissertação é caracterizada como pesquisa qualitativa, básica e exploratória. Apresenta um estudo sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no Brasil. Este estudo prioriza compreendê-lo como principal instrumento de seleção para o ingresso no Ensino Superior brasileiro e a estrutura desta dissertação contempla levantamento recente sobre o tema pesquisado (2010-2015), além de discussões referentes a temática sobre avaliação a partir de autores clássicos como Luckesi (1999, 2000, 2006), Gatti (1987, 2009), Libâneo (1991), Vianna (1995), Perrenoud (1999), Villas Boas (2004), entre outros. O maior destaque é direcionado à apresentação histórica, estrutural e funcional do ENEM. Descrito como um exame individual e de caráter voluntário, o ENEM é aplicado anualmente aos estudantes que estão concluindo ou que já concluíram o Ensino Médio em anos anteriores. Criado em 1998, o Exame passou por uma expressiva reestruturação em 2009 e hoje possui um total de 18 Exames aplicados. Associamos ao ENEM as principais características de verificação, classificação e seleção e verificamos que além da fundamental relevância para o ingresso no Ensino Superior, programas governamentais (PROUNI, FIES, Ciências sem Fronteiras, PRONATEC e Certificação do Ensino Médio) e sistemas governamentais (SISU e SISUTEC) compõe a importância nacional conferida ao ENEM. Algumas razões foram associadas ao Exame, como: 1. Ampla e diversificada possibilidade de utilização das notas do ENEM; 2. Políticas sociais que atendem alunos desfavorecidos e oriundos de escolas públicas; 3. Utilização de novas metodologias para elaboração e correção do Exame. E as contradições que se sobressaíram são: 1. Ranqueamento de escolas públicas e particulares de Ensino Médio; 2. Fortalecimento do mercado educacional privado; 3. Direcionamento de verba pública a IES particulares; 4. Políticas de assistência e manutenção dos alunos nas IES. 5. Influência na reestruturação dos currículos do país e favorecimento de outras mudanças no cotidiano escolar de alunos, professores e diversos profissionais da educação.

Palavras-chave: ENEM; Ingresso no Ensino Superior; Sistemas e Programas governamentais associados.

ABSTRACT

Linked to Research Line 1 - Fundamentals and educational practices of the Post-Graduate Education (PPGE) of the Federal University of Triangulo Mineiro (UFTM), this work presents is characterized as qualitative, basic and exploratory research. A study of the “Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM” (Medium Teaching National Exam), in Brazil. This study gives priority to understand it as the primary selection tool for entering the Brazilian Higher Education and the structure of this dissertation includes recent survey on the subject studied (2010-2015), in addition to referring to discussions on thematic assessment from classic authors like Luckesi (1999, 2000, 2006), Gatti (1987, 2009), Libâneo (1991), Viana (1995), Perrenoud (1999), Villas Boas (2004), among others. The highlight is directed to the historical presentation, structural and functional ENEM. Described as an individual examination and voluntary, the ESMS is applied annually to students who are completing or have completed high school in previous years. Created in 1998, the Survey has undergone a significant restructuring in 2009 and now has 18 tests applied. Associate with ENEM the main scan characteristics, classification and selection, and found that in addition to the fundamental relevance for entry into higher education, government programs (PROUNI, FIES without Borders Sciences, PRONATEC and high school certification) and government systems (SISU and SISUTEC) comprises the national importance given to ENEM. Some reasons were associated with the examination as: 1. Large and diverse possibility of using ESMS notes; 2. Social policies that serve disadvantaged and coming students from public schools; 3. Use of new methods for the preparation and correction of examination. And the contradictions that stood out are: 1. ranking of public and private high schools; 2. Strengthening the private education market; 3. Targeting public funds to private education instituições; 4. Assistance Policies and maintenance of students in HEIs. 5. Influences on the restructuring of the country's curriculum and favoring other changes in daily school students, teachers and various professional education.

Keywords: ENEM; Admission to higher education; Systems and associated government programs.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Modalidades de avaliação escolar	18
Quadro 2 – Principais características dos artigos utilizados para o mapeamento	24
Gráfico 1 – Número de inscritos (em milhões) no ENEM de 1998 a 2014	39
Gráfico 2 – Instituições que utilizam as notas do ENEM em seus processos no ano de 2015	43
Gráfico 3 – Número de bolsas concedidas anualmente por meio do PROUNI	48
Gráfico 4 – Número de bolsas integrais e parciais concedidas do PROUNI	48
Gráfico 5 – Número de financiamentos ofertados pelo Governo Federal e número financiamentos consolidados	53
Quadro 3 – Principais momentos do ENEM desde sua criação até o ano de 2015	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COMVEST – Comissão Permanente para os Vestibulares
ENADE – Exame Nacional do Desempenho Estudantil
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUVEST – Fundação Universitária para o Vestibular
IES – Instituições de Educação Superior
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPBEJA – Institutos Politécnicos Beja
IPLEIRIA – Institutos Politécnicos de Leiria
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
MP – Medida Provisória
PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNE – Plano Nacional de Educação
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI – Programa Universidade para Todos
SCIELO - *Scientific Electronic Library Online*
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU – Sistema de Seleção Unificada
SISUTEC – Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica
TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação
TRI – Teoria da Resposta ao Item
UALG – Universidades Algarve
UBI – Universidades da Beira Interior
UC – Universidades de Coimbra
UFTM – Universidade federal do Triângulo Mineiro
VUNESP – Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Tema e problema de pesquisa	11
Procedimentos metodológicos e objetivos	12
CAPÍTULO 1 - AVALIAÇÃO: CONCEITOS E DISCUSSÕES	14
1.1 O que é e para que serve a avaliação?	14
1.2 Da avaliação ao exame	19
CAPÍTULO 2 - O ENEM COMO FOCO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO	22
2.1 Na busca dos dados	23
2.2 Discussão dos resultados	25
2.3 Considerações	32
CAPÍTULO 3 - ENEM: O QUE É E PARA QUE SERVE	33
3.1 Histórico do Exame: antigo ENEM	34
3.2 O Novo ENEM: reformulação estrutural e funcional	34
3.3 “Matriz de referência” comum às áreas do conhecimento	37
3.4 ENEM em números: para compreender política e ideologicamente	38
3.5 Dados recentes do ENEM	40
3.6 Enem: sistemas e programas governamentais associados	41
3.6.1 As vagas no Ensino Superior brasileiro e estrangeiro	42
3.6.2 SISU	44
3.6.3 PROUNI	47
3.6.4 FIES	49
3.6.5 Ciências sem fronteiras	54
3.6.6 PRONATEC	55
3.6.7 Certificação do Ensino Médio	56
3.6.8 SISUTEC	57
3.7 Algumas reflexões	57
CAPÍTULO 4 - PROJEÇÃO, IMPLANTAÇÃO E SOLIDIFICAÇÃO DO ENEM: RAZÕES E CONTRADIÇÕES	59

4.1	ENEM: sentidos de avaliação e sentidos de exame.....	59
4.2	ENEM: razões e contradições	61
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

Tema e problema de pesquisa

A criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) introduziu importantes mudanças na educação brasileira. Os principais reflexos para o Ensino Médio encontram-se baseados na tendência política do governo federal de alterar a base curricular fundamentada na matriz do Novo ENEM.

Para o Ensino Superior, a maior modificação está relacionada ao acesso às vagas dos cursos de graduação nas IES públicas. Outros fatores, como o sistema de financiamento de cursos de graduação e de concessão de bolsas, também modificaram esse cenário.

Principalmente nos últimos 6 anos, políticas de adesão ao ENEM e o seu vínculo a programas e sistemas governamentais propiciaram aos candidatos uma transformação no acesso ao Ensino Superior, resultando em um momento auge do Exame em comparação aos vestibulares próprios aplicados nas universidades.

Diante desta nova realidade, instituições privadas de ensino, como cursos pré-vestibulares e editoras de materiais didáticos, também alteraram seu foco de mercado. Hoje, encontramos com certa facilidade cursos presenciais e a distância com direcionamento exclusivo para a preparação do aluno para as provas do ENEM. Essa realidade também é visualizada na comercialização de apostilas e dispositivos didáticos voltados exclusivamente a este objetivo.

A partir da dimensão nacional que o ENEM conquistou ao decorrer dos anos de sua aplicação, um questionamento principal surgiu: Como se deu o surgimento, implantação e aplicação do ENEM na educação brasileira de forma a evidenciar sua importância principalmente para o Ensino Médio e a Educação Superior?

Esse questionamento nos provocou uma inquietação intelectual no sentido de entender o ENEM, e a partir dos referenciais teóricos utilizados e dos documentos oficiais que compõem parte do *corpus* desta pesquisa, outras discussões instigaram nossa investigação: Quais são os elementos, sistemas e programas que utilizam as notas do ENEM para suas seleções próprias? Após os 18 exames aplicados, quais são os pontos favoráveis e desfavoráveis do ENEM na realidade brasileira?

Procedimentos metodológicos e objetivos

Esta dissertação de mestrado possui como objetivo geral compreender o ENEM como principal mecanismo de seleção para o ingresso no Ensino Superior brasileiro.

Para alcançar este objetivo estabeleceremos como objetivos específicos: identificar na literatura clássica e especializada alguns conceitos relacionados à avaliação; contextualizar a criação do ENEM como instrumento avaliativo; explicitar sua funcionalidade no sistema de educação nacional; diferenciar o vestibular tradicional do novo modelo do ENEM; mapear as tendências relacionadas ao ENEM e avaliar publicações recentes sobre a temática; apresentar os sistemas (SISU e SISUTEC) e programas governamentais (PROUNI, FIES, Ciências sem Fronteiras, PRONATEC e Certificação do Ensino Médio), analisando suas respectivas correlações com o ENEM; identificar razões e contradições relacionados a projeção, implantação e solidificação do ENEM.

O método e os fundamentos epistemológicos são elementos fundamentais nos processos de conhecimento e a “ciência se faz quando o pesquisador aborda os fenômenos aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos” (SEVERINO, 2007, p. 100). Portanto, entre as diversas formas de se realizar a investigação científica, elegemos a Pesquisa Bibliográfica e a Pesquisa Documental neste estudo sobre o ENEM.

Estrutura da dissertação

Esta dissertação é composta por quatro capítulos e no primeiro deles, **Avaliação: conceitos e discussões**, abordamos as questões relacionadas à avaliação enquanto conceito e aplicação. Como nosso tema está direcionado para a educação e em especial para as questões relativas ao ENEM, faz-se necessário, neste momento, indicar o que é avaliação, como se efetiva uma avaliação, os tipos e componentes de avaliação e suas respectivas problemáticas no contexto educacional para compreendermos o ENEM como um instrumento avaliativo oficial.

O segundo capítulo intitulado: **O ENEM como foco de pesquisa em Educação**, indica os resultados de levantamento sobre as principais e recentes publicações que relacionavam o ENEM à avaliação. A partir de leituras, classificamos alguns artigos do Portal de Periódicos da CAPES para compor a análise e posterior discussão da temática.

No terceiro capítulo, **Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM: o que é e para que serve**, apresentaremos historicamente a estrutura e o funcionamento do ENEM. Evidenciamos suas principais características e mudanças desde sua criação. Também apresentamos os sistemas (SISU e SISUTEC) e programas governamentais (PROUNI, FIES, Ciências sem Fronteiras, PRONATEC e Certificação do Ensino Médio) que foram associados ao ENEM ao longo dos anos de aplicação do ENEM. O que nos permitiu melhor contemplação da amplitude do Exame.

O quarto capítulo, **Projeção, implantação e solidificação do ENEM: razões e contradições**, relacionamos questões teóricas sobre avaliação e o ENEM indicando as reais características dele. Também analisamos questões políticas que envolveram a valorização do ENEM em relação ao vestibular tradicional. Buscamos entender os artifícios de incentivo e a adesão ao Exame bem como as possíveis influências que programas e sistemas governamentais tiveram na ascensão do ENEM.

Dessa forma, buscamos contextualizar, apresentar, analisar e discutir questões pertinentes a esta temática, no intuito de compreender o ENEM e desenvolver a percepção sobre esta área de pesquisas tão emergente no país.

CAPÍTULO 1

AVALIAÇÃO: CONCEITOS E DISCUSSÕES

1.1 O que é e para que serve a avaliação?

Proveniente da composição *a-valere*, a etimologia da palavra avaliar é proveniente do latim e possui o significado original de "dar valor a". Intrínseco a diversas ações humanas, a avaliação faz parte das nossas atividades cotidianas e está presente em diversas ocasiões ao longo da vida, por exemplo, em situações de compra, de tomada de decisão, escolhas de lugares, ações, emprego, passeios, profissão, entre outras.

O conceito de avaliação é apontado como a "atribuição de um valor ou qualidade a alguma coisa, ato ou curso de ação" (LUCKESI, 2000). Segundo o mesmo autor, nesta perspectiva, implica uma ação positiva ou negativa em relação ao ato avaliativo realizado.

Historicamente, os conceitos de avaliação e medida educacional eram confundidos até os anos 30. A partir dessa época, o termo "avaliação educacional" era desenvolvido principalmente por pesquisadores dos EUA e da Inglaterra, podemos destacar Madaus, Airasian, Kellaghan e Binet. Mas Ralph Tyler, estudioso da área, desenvolveu o projeto *Eight-Year Study*, que projetou a aplicação dos primeiros testes padronizados (VIANNA, 1995).

Posteriormente, Tyler apresenta a concepção de avaliação que é baseada na comparação dos objetivos pretendidos aos objetivos alcançados, afirmando que "o processo de avaliação consiste essencialmente em determinar em que medida os objetivos educacionais estão sendo realmente alcançados pelo programa do currículo e do ensino (TYLER, 1981, 99).

Segundo Vianna (1995), os estudos de Tyler foram essenciais, principalmente nos 25 anos decorrentes (1957), pois estavam diretamente relacionados a pesquisa de testes, medidas e avaliação, gerando influências na educação estadunidense e em outros países, entre eles o Brasil.

Repleta de significados e realizada em diversos formatos, lugares e momentos, atualmente a avaliação é organizada por indivíduos ou órgãos públicos. O conceito de avaliação é amplo e sua definição largamente discutida na academia. Para esta investigação destacamos alguns teóricos, entre eles Bernardete Angelina Gatti, a qual relata que:

A Avaliação Educacional, hoje, é um campo de estudos com teorias, processos e métodos específicos, mas também, um campo abrangente que comporta subáreas, com características diferentes, por exemplo, avaliação de sistemas educacionais, avaliação de desempenho escolar em nível de sala de aula, avaliação institucional, avaliação de programas, auto-avaliação (GATTI, 2009, p. 8).

A avaliação tem sido tomada como um processo necessário para analisar o desempenho individual dos alunos e de instituições escolares de Educação Básica e Superior.

Para melhor compreender o papel da avaliação no cenário atual, bem como seus respectivos reflexos, talvez seja fator fundamental o estabelecimento dessa área como campo de pesquisa (FREITAS, 2002), visando compreender e aprimorar os instrumentos; desenvolver e adequar as políticas educacionais; entender e melhor utilizar os resultados obtidos; elaborar novos planos. Embora não tenha abordado especificamente da avaliação para o ingresso no Ensino Superior, as discussões realizadas por FREITAS (2002) estabeleceram a avaliação como campo de pesquisa e envolveram preocupações comuns de pesquisadores da área, trazendo contribuições a evolução dos estudos dessa temática.

Para as atividades da Educação Básica, o avaliativo exige capacidade de observação dos profissionais envolvidos, bem como, procedimentos metodológicos formais e científicos. Porém, é um procedimento visto habitualmente com repulsa, devido a uma cultura característica brasileira que encara como ameaça certos procedimentos para verificação da aprendizagem (GATTI, 1987).

Vista como medidora da quantidade de conhecimentos, a avaliação da aprendizagem necessita ser realizada de uma forma contextualizada e desenvolvida por profissionais responsáveis, conscientes e conhecedores da realidade escolar.

A avaliação pode ser vista como um instrumento didático fundamental durante o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, contudo apresenta uma grande complexidade estrutural e funcional que torna desafiante o seu manejo.

Meneghel (2009, p. 9821) apresenta três grandes “correntes e nomenclaturas” utilizadas para identificar os instrumentos avaliativos utilizados pelos professores no ensino básico: classificatória, diagnóstica e emancipatória.

A primeira tendência, nomeada de classificatória ou somativa, posta como “herança do ensino tradicional” e com uma proposta quantitativa é realizada apenas ao final do processo de aprendizagem e baseia-se, segundo a autora supracitada, “na capacidade de reprodução de determinado conteúdo repassado pelo professor”; com a

finalidade de atribuir uma nota ao aluno, “são bons alunos os de maior capacidade mimética”.

a metodologia de ensino é centrada na reprodução de uma técnica/conteúdo e na aquisição de habilidades, de modo que há ênfase no ‘fazer’ ditado pelo professor e não no conhecimento construído pelos estudantes (...) não há processo de reconstrução do saber, mas, sim, a preocupação com avançar no conteúdo previsto nas unidades do livro (...) o papel e a função da educação, para o qual contribui a avaliação, é fazer dos alunos cópias fiéis/reprodutoras do que foi ditado pelos professores, chegando à perfeição do original (MENEGHEL, 2009, p. 9822).

A autora expõe que a proposta classificatória é apenas uma parte do processo avaliativo do aluno e, amparada nos textos de Luckesi (2000) e Cintra (2005), indica duas visões distintas sobre tal forma avaliativa:

Sua função constitui-se num instrumento estático e frenador do processo de crescimento. [...] O educando como sujeito humano e histórico; contudo, julgado e classificado, ficará para o resto da vida, do ponto de vista do modelo escolar vigente, estigmatizado, pois as anotações e registros permanecerão, em definitivo, nos arquivos e nos históricos escolares, que se transformam em documentos legalmente definidos [...] O primeiro diz respeito às avaliações nacionais para todo o sistema, feitas para fornecer informações estatísticas aos órgãos federais sobre o desempenho dos estudantes, estes inseridos em diversos subgrupos divididos por critérios, tais como gênero, carga cultural, região e assim por diante. (BOUGHTON e CINTRA, 2005 p. 376, *apud* MENEGHEL, 2009, p. 9823).

A segunda tendência analisada, a avaliação diagnóstica, é um instrumento que possui a finalidade de aferir, de forma distinta, a aquisição de conhecimento e a capacidade de reflexão do tema em análise.

Segundo Meneghel (2009, p. 9824), o modo diagnóstico é fundamentado na ideia de que “para o professor, a atenção ao desempenho do estudante é elemento primordial à prática pedagógica, ou seja, cabe ao educador desenvolver estratégias que lhe permitam conhecer os erros e acertos do aluno a fim de promover o seu objetivo cognitivo”. Para melhor compreensão do modo avaliativo abordado, a autora apresenta a análise de diversos estudiosos da área:

Para Oliveira (2001), a avaliação diagnóstica é um constante olhar crítico sobre o que se está fazendo. Citando diversos estudos, a autora identifica as contribuições desta concepção e estratégias de avaliar: permite ao professor identificar os caminhos percorridos por ele e seu aluno, tomando decisões quanto às metas a serem perseguidas. (LUCKESI, 2000); é realizada no presente, mas com vista para o futuro, em processo de construção permanente de investigação e questionamento sobre as ações realizadas (CANEN, 1997); tem como elemento essencial o processo de construção de conhecimento, respeitando o indivíduo em três aspectos fundamentais: a integridade, a dignidade e a privacidade (PENNA, 1994). (MENEGHEL, 2009, p. 9824).

Na busca por concepções avaliativas mais adequadas e que estimulem a construção do conhecimento, encontra-se a concepção de “avaliação formativa”, que tem seu objetivo no processo de ensino e aprendizagem e não apenas nos resultados finais.

A partir da perspectiva apresentada por Villas Boas (2004), a modalidade de avaliação formativa possui o objetivo de promover o desenvolvimento de todos os envolvidos no processo – alunos, professores e instituições de ensino – e esse padrão abandona a “avaliação unilateral, classificatória, punitiva e excludente” (VIEIRA, 2006).

No intuito de identificar os aspectos que necessitam de melhorias, a avaliação formativa propicia uma base fundamentada na busca de um processo de aprendizagem significativo ao aluno, esse modelo de avaliação possui características “mediadora, emancipatória, dialógica, integradora, democrática, participativa, cidadã etc” (VILLAS BOAS, 2004, p. 35).

Observa-se que no cotidiano da sala de aula, comumente os alunos não progridem no mesmo ritmo e da mesma maneira e, diante disso, a maneira formativa de se avaliar remete à busca de melhorias significativas no processo de ensino e aprendizagem (UFJF, 2014).

Tendo como foco principal o processo de aprendizagem, professores e alunos interagem e dialogam em busca da compreensão dos conteúdos, dividindo a responsabilidade não apenas para o professor, mas também para o aluno. Busca-se compreender e detectar as dificuldades particulares dos alunos, com a finalidade de reorientá-los com maior eficácia possível, tornando-se um processo cíclico e contínuo de análise e ação.

Assim, torna-se necessário que o estudante tenha conhecimento dos objetivos que deverão ser alcançados, dos critérios de verificação e análise que comprovem seus avanços, propiciando aos estudantes maior responsabilidade acerca de seu próprio processo de aprendizagem e da construção de autonomia.

Segundo Allal (1986 *apud* BEAUCHAMP, PAGEL & NASCIMENTO, 2007, p. 21), “os processos de avaliação formativa são concebidos para permitir ajustamentos sucessivos durante o desenvolvimento e experimentação do *curriculum*”. A avaliação formativa orienta estudantes e professores a redirecionarem seus percursos.

Há uma necessidade de alterar o foco da atenção, que vise menos importância à classificação, centrando-se mais na regulação da aprendizagem. Perrenoud entende como formativa “toda prática de avaliação contínua que pretenda contribuir para melhorar as

aprendizagens em curso, qualquer que seja o quadro e qualquer que seja a extensão concreta da diferenciação do ensino” (PERRENOUD, 1999, p.78).

Para configurar-se uma avaliação formativa e significativa no processo de aprendizagem, as características qualitativas devem ser valorizadas, tendo o uso de dados numéricos como complemento da atividade avaliativa e não como uso exclusivo e final da ação.

A direção deve ser apontada a fatores que possam auxiliar o aluno a aprender de forma significativa, compreendendo as competências já adquiridas, as em desenvolvimento e as que ainda precisam ser construídas. A busca pelo aperfeiçoamento deve ser destacada, priorizando uma ação contínua e sistemática no processo de ensino-aprendizagem, com uma ação orientadora e não punitiva.

A procura de facilitar a compreensão das modalidades de avaliação escolar, utilizamos o quadro organizado por Zanella (2005, p. 20), *apud* BLOOM (1983) para exemplificar nossa análise.

Quadro 1 - Modalidades de avaliação escolar

Modalidade	Função	Propósito	Época
Diagnóstica	Diagnosticar	Verificar a presença ou não de pré-requisitos para novas aprendizagens; detectar dificuldades específicas de aprendizagem tentando identificar as causas.	Início do ano ou semestre letivo, ou no início de uma unidade de ensino.
Formativa	Controlar	Constatar se os objetivos foram alcançados pelos alunos; fornecer dados para aperfeiçoar o processo ensino - aprendizagem.	Durante o ano letivo, isto é, ao longo do processo ensino-aprendizagem
Somativa	Classificar	Classificar os resultados de aprendizagem alcançados pelos alunos, de acordo com os níveis de aproveitamento estabelecido.	Ao final do ano ou semestre letivo, ou ao final de uma unidade de ensino.

Fonte: BLOOM (1983), *apud* ZANELLA (2005, p. 20).

Os modelos avaliativos são intimamente relacionados e podem ser utilizados de forma composta em alguma circunstância avaliativa. Os conhecimentos advindos desses estudos podem subsidiar e auxiliar no desenvolvimento de ações que possam efetivamente responder às demandas e necessidades existentes nos variados contextos educacionais.

A avaliação presente no cotidiano das escolas, professores e alunos, tem a importante função de diagnosticar a realidade, direcionar aos caminhos educativos, atribuir significado a ações e oferecer subsídios às transformações necessárias. Porém, algumas avaliações são enrijecidas e não possuem propriedades formativas em sua política de elaboração e aplicação, denominadas de “exames”.

1.2 Da avaliação ao exame

Mesmo diante da complexidade, a avaliação é reduzida a uma simples realização de provas e atribuição de notas, fornecendo apenas dados quantitativos que posteriormente necessitam ser analisados qualitativamente (LIBÂNEO, 1991).

A restrição à tarefa de atribuição de notas e classificação está associada a função de controle que, sem a função de diagnóstico, perde seu significado pedagógico-didático. Também expõe que ao agregar à avaliação dessa forma, pode vinculá-la como recompensa aos denominados bons alunos e penalidade aos desinteressados (LIBÂNEO, 1991).

Segundo o mesmo autor, “avaliar, como parte de um projeto educativo, é diferente de medir [...] a medição tem sido mais valorizada do que a avaliação – tanto que muitos alunos estudam para tirar nota, e não para aprender” (LIBÂNEO, (2011, p. 205). Para ele,

A sociedade brasileira tem acompanhado, nos últimos anos, discursos que defendem a aplicação de testes educacionais unificados nacionalmente, com o objetivo de aferir o desempenho dos alunos nos diferentes graus de ensino, para controlar a qualidade do ensino ministrado nas escolas brasileiras. [...] Os exames nacionais em vigor enfatizam a medição do desempenho escolar por meio de testes padronizados, o que os vincula a uma concepção objetivista de avaliação (LIBÂNEO, 2011, p. 205).

Catani e Gallego ilustram o quadro, quando afirmam que ainda hoje no processo escolar existe uma forma privilegiada de enquadrar os momentos de avaliação, na qual “o ato de avaliar está comumente identificado com o ato de dar ou receber notas, fazer provas, exames ou passar de ano” (2009, p. 10).

Luckesi (1999) afirma que a avaliação realizada nas escolas habitualmente é coercitiva, que causa sentimento de culpa nos alunos, pois as notas remetem a uma classificação e, conseqüentemente, comparação de desempenhos, reduzindo a relevância dos objetivos a serem alcançados, descartando principalmente a heterogeneidade dos avaliados.

Associada diretamente ao conceito de classificação, a verificação tornou-se parte da avaliação e pode ser compreendida por seu papel de descrever, julgar ou agregar valor a algo, fornecendo informações para subsidiar outras etapas do processo avaliativo, aferindo em formato quantitativo o desempenho que os candidatos alcançaram.

Podemos assimilar esses conceitos de verificação, classificação e aferição com o que o autor Luckesi (2008) sintetiza com a expressão “pedagogia do exame”. Consta que a rotina escolar apresenta uma forma fetichizada sobre esse procedimento e que as maiores consequências dessa opção didático-metodológica dizem respeito a: pedagogicamente foca o problema da educação nas provas, psicologicamente desenvolve personalidade submissa nos alunos e sociologicamente reifica as pessoas mantendo hegemonia de classes.

Proveniente da composição *ex-agere*, a etimologia da palavra exame é proveniente do latim e seu significado está vinculado a “uma ação que, vinda de fora e/ou de dentro, nos obriga a superar-nos, a sair de nós mesmos, a dar o melhor de nós” (PERISSÉ, 2010, p.1).

Nesta perspectiva, a “pedagogia do exame”, pode ser exemplificada nas atividades escolares direcionadas a um treinamento aos vestibulares e ao ENEM. Com o objetivo de solucionar questões e de preparar os alunos, a função pedagógica é centrada principalmente na pedagogia do exame, com menor importância ao ensino-aprendizagem. Quando o autor é questionado sobre o vestibular (e aqui estendemos a análise do autor sobre o ENEM), constata que:

Vestibular não tem a ver com educação, mas com a incapacidade do poder público de fornecer ensino universitário para quem quer estudar. Agora, todo o ensino, desde o Fundamental, está comprometido com o vestibular. É por isso que é tão comum a adoção de testes que não medem o aprendizado, mas treinam para responder perguntas capciosas. Eu proponho que as escolas invistam em uma prática pedagógica construtiva e paralelamente treinem para o vestibular, com simulados como os feitos pelos cursinhos. Já existem escolas no Brasil que investem na qualidade de ensino e ao mesmo tempo conseguem colocar mais de 90% dos seus estudantes na faculdade, sem necessidade de cursinho (LUCKESI, 2006).

Com características marcantes de classificação e seleção, o ENEM, caracterizado como política de verificação, para configurar-se como uma avaliação completa, deveria preocupar-se com os objetivos e com o processo pedagógico e não limitar a verificação apenas dos resultados, “considerada como um mecanismo preventivo e de controle social e democrático da qualidade da educação formal” (MILDNER & SILVA, 2002, p. 49).

Reconhecemos que as avaliações dos alunos do Ensino Médio ligadas ao ingresso dos sujeitos no Ensino Superior encontram-se perpassadas por imbricadas e complexas relações entre o Estado e políticas de regulação social. Determinações externas ao país, imperativos financeiros e competitivos cada vez mais ascendem nas políticas educacionais brasileiras realizadas em larga escala, especialmente àquelas ligadas aos processos de avaliação de desempenho da população.

Ilustramos o cenário, pois a partir do artigo 209 da Constituição Federal de 1988, quando afirma em seu inciso II que: “autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público”, reafirmando a resolução na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96 – em seu artigo 7º, inciso II. Bem como no artigo 9º da LDB, inciso IV, que determina que a União assegurará o processo nacional de avaliação do rendimento escolar para o Ensino Fundamental, Médio e Superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.

É habitual a associação das avaliações a uma lógica controladora, fiscalizadora e punitiva dos sujeitos e instituições escolares. Mesmo com instrumentos avaliativos tecnicamente avançados, a forma como são utilizados ainda se encontra elementar diante das inúmeras necessidades, contextos e dificuldades sociais, econômicas e pedagógicas.

A principal função do ENEM está relacionada a seleção para o ingresso no Ensino Superior, elemento que contempla o objetivo governamental de democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Para melhor compreender o papel da avaliação no cenário atual, bem como seus respectivos reflexos, defendemos que é fator fundamental o estabelecimento desta área como campo de pesquisa, visando o aprimoramento dos instrumentos, desenvolvimento das políticas e compreensão dos resultados obtidos, para posteriormente elaborar novas metodologias.

Antes mesmo de tecer novas formas, técnicas ou instrumentos, repensar as políticas públicas de avaliação e de seleção se torna fator fundamental para aprimorar as atuais ações governamentais e também desenvolver pesquisas nessa área.

CAPÍTULO 2

O ENEM COMO FOCO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Para investigar o ENEM no cenário nacional, consideramos como etapa fundamental para o desenvolvimento desta dissertação, conhecer e compreender os conceitos difundidos na comunidade científica sobre a temática.

No decorrer dos anos de aplicação do Exame, outras funções foram incorporadas como a possibilidade de certificação do Ensino Médio. Esta, como parte do processo de seleção dos discentes que desejam participar do programa Ciência sem Fronteiras¹ além de concorrer às bolsas integrais ou parciais pelo PROUNI² e pleitear financiamento de cursos de graduação em universidades particulares pelo FIES³.

Nesta perspectiva, a busca por pesquisas que abrangem o ENEM como alvo de investigação, tornam-se significativas para o desenvolvimento do estudo. A partir da importância associada ao ENEM, principalmente na última década, visualizamos a necessidade de analisar, compreender e discutir questões pertinentes e recentes relacionadas a esse instrumento amplamente utilizado no sistema nacional de ensino.

Para aprofundar a discussão sobre a temática escolhida, realizamos uma revisão da bibliografia acadêmica recente (2010-2015) e tal procedimento foi realizado com base em dados específicos, no caso um recorte no Portal de Periódicos da CAPES⁴, que priorizou o universo de referências atuais. Estabelecemos critérios de filtragem dos artigos e caracterizamos o percurso investigativo, até a obtenção dos resultados finais apresentados a seguir.

Alguns questionamentos são necessários para o desenvolvimento dessa investigação. Tendo em vista a complexidade do tema, os mais presentes durante o

¹ Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio com alunos de graduação e pós-graduação e da mobilidade internacional - <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>.

² O Programa Universidade para Todos (PROUNI) e concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior - siteprouni.mec.gov.br/index.php.

³ O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas - <http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>.

⁴ O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 37 mil títulos com texto completo, 126 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual - <http://www.periodicos.capes.gov.br/>.

desenvolvimento deste capítulo foram: qual o interesse dos pesquisadores por assuntos relacionados ao ENEM? Quais são as concepções abordadas, resultados alcançados e os contextos levantados nos artigos filtrados?

2.1 Na busca dos dados

Com a intenção de ampliar o conhecimento sobre a realidade do ENEM realizamos um mapeamento dos artigos recentemente publicados e disponibilizados no Portal de Periódicos da CAPES, que abordem o ENEM como tema central da discussão.

Para este trabalho, os passos seguidos foram organizados da seguinte forma: buscar no Portal de Periódicos da CAPES quais são os textos produzidos sobre a temática ENEM; criar elementos para filtrar os resultados encontrados; identificar, entre os textos encontrados, quais poderiam ser utilizados para elaborar este trabalho; organizar em forma de quadro as principais informações encontradas; analisar criticamente os elementos de cada artigo, observando possíveis correlações entre os textos.

Após a escolha do banco de dados a ser utilizado, o próximo passo foi delimitar os filtros metodológicos empregados. A princípio, foram inseridas duas palavras-chave – Avaliação e ENEM – surgindo um total de 121 textos disponíveis. Posteriormente, outros 3 filtros foram usados: formato de artigos, textos produzidos após 2010 e escritos em língua portuguesa, totalizando 13 textos.

Os 13 artigos selecionados abordavam temas relacionados ao ENEM, mas uma triagem final ocorreu porque 8 deles possuíam características muito específicas, trabalhando conteúdos restritos às disciplinas ou eixos temáticos, como Matemática, História, construção textual na redação, entre outros. Portanto, após a leitura dos artigos, foram selecionados e utilizados para produção deste mapeamento e análise, 5 deles.

Após estabelecer o recorte, elaboramos o Quadro 2, apresentado a seguir para facilitar a compreensão de algumas informações presentes nos artigos, como: título, autor e sua respectiva titulação, palavras-chave do artigo e a revista na qual foi publicado.

Quadro 2 – Principais características dos artigos utilizados para o mapeamento

Artigos	Autor(es)	Titulação	Data de publicação	Palavras-chave	Revista
A performatividade nas políticas de currículo: o caso do ENEM	Alice Casimiro Lopes / Silvia Braña López	Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro / Doutoranda do Programa de Pós-graduação do Instituto Fernandes Figueira	2010	Avaliação; ENEM; Performatividade; Política de Currículo.	Educação em Revista / Universidade Federal de Minas Gerais ISSN: 1982-6621
Exame Nacional do Ensino Médio: entre a regulação da qualidade do Ensino Médio e o vestibular	Jean Mac Cole Tavares Santos	Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, com estágio doutoral na Universidade de Valência – Espanha	2011	Educação secundária; ENEM; Currículo Ensino Médio	Educar em Revista / Universidade Federal do Paraná ISSN: 0104-4060
Doze motivos favoráveis à adoção do exame nacional do ensino médio (ENEM) pelas instituições federais de ensino superior (IFES)	Wagner Bandeira Andriola	Doutor em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidad Complutense de Madrid	2011	Ensino superior; Universidade. Avaliação educacional	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação / Universidade do Estado da Bahia ISSN: 0104-4036
Rankings em Educação: Tipos, Problemas, Informações e Mudanças: Análise dos Principais Rankings Oficiais Brasileiros	Eduardo de Carvalho Andrade	PhD em economia pela Universidade de Chicago.	2011	Rankings; Valor adicionado; Comportamento oportunístico	Estudos Econômicos / Universidade de São Paulo ISSN: 0101-4161
Estudo qualitativo sobre as mudanças que o ENEM - exame nacional do ensino médio provocou nos trabalhos pedagógicos e metodológicos dos professores do ensino médio	Claudene Souza da Silva	Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Pará	2012	Educação; Formação de Professores; ENEM	Espaço do Currículo / Universidade Federal da Paraíba ISSN: 1983-1579

Fonte: elaboração dos autores, conforme as informações originais dos artigos analisados.

2.2 Discussão dos resultados

Com caráter bibliográfico, essas pesquisas trazem em comum o desafio de discutir certas produções acadêmicas privilegiadas em diferentes épocas e lugares. A realização do mapeamento possibilita a elaboração de um panorama das pesquisas de uma determinada área. (FERREIRA, 2002).

Portanto, realizamos a leitura integral dos cinco artigos, expondo fatores importantes (e de semelhança) na comparação entre eles.

O primeiro artigo analisado, intitulado “Doze motivos favoráveis à adoção do exame nacional do ensino médio (ENEM) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)”, escrito por Andriola (2011), traz uma concepção histórica dos processos de seleção ao ingresso nas universidades, contemplando diversos momentos específicos e caracterizando-os.

O autor, após retroceder fatores conectados as IFES, inicia um processo no qual expõe uma breve história sobre a aplicação do ENEM no cenário brasileiro, discutindo políticas públicas e dados estatísticos, bem como diferenciando o antigo ENEM (1998 – 2008) do atual (a partir de 2009) modelo de avaliação aplicado.

O autor expõe 12 fatores favoráveis ao ENEM, porém com a leitura e análise do artigo, percebemos que nem todos os fatores estão diretamente relacionados ao Exame, apenas correlatos ao tema, relacionados à preparação para o Exame, formação dos professores, dificuldades sociais e econômicas da vida universitária, entre outros.

Em suma, os 12 fatores favoráveis à adoção do ENEM, mencionados por Andriola (2011), são:

1. Presença das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) na Sociedade da Informação e do Conhecimento;
2. Novas demandas da sociedade estudantil, com uso racional, inteligente, criativo e inovador das informações resultantes dos avanços científicos e que não detém conhecimento somente baseado nos conteúdos escolares formalmente ensinados durante o ensino fundamental e médio, estimulados pelos tradicionais vestibulares;
3. Avaliação das habilidades e competências humanas – um procedimento seletivo adaptado às exigências dessa nova sociedade;
4. Análise quantitativa dos itens componentes do ENEM se baseiam no modelo matemático da Teoria da Resposta ao Item (TRI);

5. Correção do ENEM possui o princípio da convergência, que está fundamentado na ideia de que o instrumento utilizado para medir as competências discentes deve maximizar a probabilidade de escolher os melhores candidatos, independente dos instrumentos de medida utilizados para tal.

6. Necessidade de interpretar, inferir, deduzir, comparar, julgar, aplicar e resolver o problema apresentado, deixando de direcionar unicamente o conhecimento dos conteúdos escolares, como o fazia o tradicional vestibular.

7. Preocupação com a integração nacional, pois possuem um enfoque sobre as peculiaridades regionais, riquezas naturais, culturais e históricas, que destacam os problemas sociais e que propõem reflexões acerca das possíveis respostas ou saídas às dificuldades e problemas brasileiros.

8. Indução para o Ensino Médio para adotar uma proposta pedagógica centrada no desenvolvimento de competências relevantes para o cidadão dessa nova sociedade.

9. Utilização do Sistema de Seleção Unificada (SISU), que permite que os candidatos concorram às vagas oferecidas pelo Sistema Federal de Ensino Superior.

10. Promoção de maior mobilidade regional dos candidatos aprovados.

11. Alerta para ações de assistência estudantil de maior abrangência e de envergadura nacional. O autor defende a necessidade de políticas voltadas à assistência, à mobilidade e à residência ou alojamento estudantil, direcionadas aos alunos de graduação. Deverão ser planejadas e imediatamente implementadas pelo MEC, de modo a garantir o usufruto pleno por parte do aluno universitário, desta nova e relevante possibilidade de formação, amparada no intercâmbio regional e na interação social.

12. Baixa proporção de jovens entre 18 e 24 anos de idade inseridos no sistema universitário, que atualmente ronda 13%, buscando aumentar a porcentagem de jovens no ensino superior.

O artigo é finalizado com algumas comparações pertinentes sobre políticas educacionais internacionais que se assemelham às do ENEM no Brasil, argumentando sobre a qualidade de ensino ofertada e a meritocracia dos alunos ao ingressarem no ensino superior.

O autor realça a potencialidade do ENEM na contribuição para o Exame Nacional do Desempenho Estudantil (ENADE), porém deixa lacunas sobre essa possível associação. Salientamos que a maioria dos objetivos desses dois exames oficiais são distintos – metodologia, público alvo e aplicabilidade – portanto sem maiores

explicações do autor, não conseguimos compreender quais os direcionamentos e associações que ele visualizou para os dois exames (ANDRIOLA, 2011).

O segundo artigo analisado, intitulado “Exame Nacional do Ensino Médio: entre a regulação da qualidade do Ensino Médio e o vestibular”, escrito por Santos (2011), também realiza um retrospecto histórico e funcional das provas do ENEM.

Um diferencial visualizado entre os dois primeiros artigos foi que além de utilizar dados oficiais, Santos (2011) complementa o estudo com informações midiáticas, principalmente as veiculadas pelo jornal "Folha de São Paulo". Uma das informações mencionadas é de que em 1997 existia a possibilidade – hoje concretizada – do ENEM tornar-se um instrumento de seleção para ingresso no curso superior.

Para Santos (2011), o fundamental objetivo desse artigo foi o de entender como o ENEM poderia influenciar na sala de aula de forma positiva, considerando que ele é um auxiliar do professor na árdua tarefa de propiciar aos alunos um aprendizado consistente.

No decorrer da discussão, destaca que “o ENEM, desde sua concepção, objetivava ser o instrumento que forjaria mudanças curriculares significativas no Ensino Médio” (SANTOS, 2011, p. 200). Diferentemente do primeiro texto analisado, este recorre a pesquisas *in loco* com professores e diretores, discutindo questões pertinentes à temática.

Na primeira metade do texto o autor expõe questões históricas do Exame, apresentando estatísticas governamentais um pouco desatualizadas. Ele evidencia algumas distinções sobre os tradicionais vestibulares e o atual ENEM, expondo algumas problemáticas superficiais entre escolas particulares e públicas.

Santos também aponta que “o treinamento para a realização da prova tira o caráter espontâneo de conhecimento adquirido e se transforma em um novo vestibular, com dicas, com ‘bibus’, com a aflição da concorrência” (2011, p. 202).

Algumas afirmativas não são esclarecidas pelo autor, como em “o ENEM se transformou em um vestibular de segunda categoria, ou mesmo, um vestibular mais humanizado”, dificultando nossa compreensão sobre as conclusões realizadas pelo autor.

Sobre a possível alteração curricular, o autor destaca que o ENEM indiretamente pressionaria novas demandas, transformando “a educação em um grande cursinho” (SANTOS, 2011, p. 203).

O ENEM, então, a nova bússola do Ensino Médio, entra para corrigir os currículos das escolas sem impor diretamente sua diretriz. É com essa conotação, como um modelo a ser seguido, que o ENEM tem a pretensão de servir como referência para os currículos (SANTOS, 2011, p. 203).

Alguns relatos são apresentados pelo autor, principalmente quando menciona a baixa porcentagem de jovens ingressantes no Ensino Superior. Santos (2011) completa o raciocínio mencionando que a maioria dos aprovados em universidades públicas é de classes socioeconômicas dominantes, porém o autor não revela ou explora dados estatísticos para comprovar tal afirmação, impossibilitando a visualização dessa dimensão narrada.

Com a assertiva “o vestibular (o grande vilão) não existe para excluir, ele exclui para existir” (SANTOS, 2011, p. 204), o autor nos proporciona uma reflexão sobre o sistema educacional e econômico vigente e amplamente difundido, que tem justamente no ato de excluir a razão de sua existência.

Ao final do texto, Santos (2011, p. 204) acentua que a “onda de crescimento das inscrições tanto já parou como já começou o recuo de inscritos no ENEM – basta ver os anos de 2002, 2003 e 2004”. Ressalvamos que as referidas datas são do antigo ENEM (aplicados entre 1998 a 2008), que realmente possuía um número muito inferior de inscritos do que aqueles verificados no novo ENEM (aplicado a partir de 2009). Acreditamos que o artigo, que fora publicado em 2011, deveria buscar dados mais recentes para pautar tais conclusões.

O autor cita o objetivo governamental de utilizar a matriz de referência do ENEM como base para uma futura reforma curricular no Ensino Médio brasileiro, relatando que essa ação facilitaria o trabalho do professor em sala de aula. O autor conclui que essa ação iria “acabar com o currículo para a ‘não-vida’ e efetivar o novo currículo para a vida” (SANTOS, 2011, p. 205) e por não apresentar maior detalhamento sobre essa afirmativa, não podemos concluir quais são as concepções sobre o “currículo para a não-vida” e “currículo para a vida” apontados.

O terceiro artigo analisado, intitulado, “A performatividade nas políticas de currículo: o caso do ENEM”, escrito pelas autoras Lopez e Lopes (2010), posiciona-se em um horizonte direcionado para as políticas educativas e apresenta análise para três vertentes de pesquisa: currículos, avaliações e política global.

As autoras discorrem questões referentes à validação dos conteúdos no currículo, a maximização do uso dos resultados e a elaboração de rankings a partir das notas obtidas pelas avaliações. Nesse tripé, discorrem sobre os cinco elementos principais de uma política educacional global, formada pela relação entre princípios locais e globais, sendo eles:

a) estreitamento da relação entre escolarização, produtividade e comercialização; b) busca da melhoria dos resultados escolares em termos de habilidades e competências exigidas pelo mercado de trabalho; c) estabelecimento de controle sobre os conteúdos curriculares e sua avaliação no âmbito das escolas, com foco no desempenho de professores e estudantes; d) busca da minimização dos custos educacionais para o governo; e, finalmente, e) incremento da participação e do envolvimento da comunidade, sobretudo por meio da participação dos responsáveis pelos estudantes e das exigências mercadológicas nos processos decisórios da instituição escolar (LOPEZ; LOPES, 2010, p. 94).

Visualizamos nesse trecho uma tendência mercadológica correlata à educação, que relaciona o tripé currículos-avaliações-política com o produtivismo, a meritocracia, a comercialização da educação, o arrocho de verbas e investimentos na área, assim como a culpabilidade de professores e profissionais pelos índices e metas não alcançadas.

Apenas na segunda metade do texto o foco é direcionado especificamente ao ENEM e correlaciona dois eixos: avaliação e performatividade nas políticas de currículo. Embora apresente representações importantes no cenário educacional, este foi o que menos se assemelhou com a proposta de investigação.

O quarto artigo analisado “Estudo qualitativo sobre as mudanças que o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) provocou nos trabalhos pedagógicos e metodológicos dos professores do ensino médio”, escrito por Silva (2012), aborda de forma mais localizada as influências que o ENEM trouxe para o trabalho pedagógico dos professores em escola de rede estadual, no município de Oriximiná-PA, e objetivou:

Identificar que concepções de educação e de avaliação permeiam as práticas pedagógicas dos professores do Ensino Médio, investigar que conhecimentos os professores têm sobre o ENEM como política pública de Avaliação e analisar como os professores desenvolvem seu trabalho pedagógico em consonância com a proposta do ENEM (SILVA, 2012, p. 186).

Na busca por modificações na forma de avaliar e de ensinar dos professores perante a influência do ENEM, a autora realizou uma observação com quatro professores. No início, o artigo traz uma retrospectiva histórica sobre alterações no cotidiano das escolas, tanto no cenário avaliativo, quanto no didático. O autor aborda de forma superficial o ENEM e sua amplitude nacional, mas o texto é composto por revisão teórica sobre o tema abordado por autores como Luckesi, Perrenoud, Afonso, Villas Boas, entre outros.

Ao final de seu artigo, Silva (2012) expõe que a partir das entrevistas, os professores tomam o ENEM “como exemplo de avaliação, pois tudo que possuem como concepção de avaliação se aproxima muito da política de aferição que o exame propõe” (p.193). Os entrevistados registram que a forma de avaliar e ensinar os alunos foi alterada,

mas pouco descrevem tal modificação, anunciando a necessidade de desenvolvimento e ampliação da mesma pesquisa.

O quinto artigo analisado neste mapeamento, “Rankings em Educação: Tipos, Problemas, Informações e Mudanças: Análise dos Principais Rankings Oficiais Brasileiros”, escrito por Andrade (2011) apresenta as políticas de ranqueamento em dois ambientes: Ensino Médio e Superior. Compara aspectos como: as ações oportunistas, qualidades e quantidades de educação e as consequentes relações com a renda brasileira.

Observamos que, por ser PhD em economia, o autor oferece uma perspectiva diferenciada sobre a questão relacionada ao ENEM, abordando fatores que permeiam educação a elementos qualitativos e quantitativos. Uma importante e conflituosa assertiva em seu trabalho relata que os rankings regados a partir das notas dos exames:

Podem auxiliar pais/estudantes na escolha de onde estudar, empregadores na contratação de novos funcionários, governos nos seus programas voltados para a melhoria da qualidade da educação e o próprio MEC no seu trabalho de regulação do setor educacional (ANDRADE, 2011, p. 324).

Nesse trecho do artigo, percebemos que preocupações sociais não estão associadas ao trabalho, pois esses rankings podem ocasionar fechamento de escolas, demissões em massa de professores e outros funcionários da rede, entre outros fatores problemáticos conexos a esse.

Para o Ensino Superior, trabalha com dois índices – ENADE e o Guia do Estudante – e para o Ensino Médio, o ENEM. O autor elenca impactos e consequências que tais escalonamentos repercutem no sistema educacional, social e econômico de instituições de ensino e outras instâncias físicas e jurídicas. Como ilustra o autor,

mostram que a posição de uma Instituição de Ensino Superior (IES) no Guia de Estudante afeta de forma significativa o seu *market share*. Em particular, a mudança no ranking passando de quatro para cinco estrelas permite a instituição aumentar a sua mensalidade em R\$ 486 reais sem perder a sua fatia de mercado. No mesmo trabalho, os autores mostram que a nota do Enade dos ingressantes, que é um dos componentes do ranking oficial, também afeta significativamente o *market share* de uma IES. O aumento de um ponto na nota do Enade, que tem uma escala de 0 a 100, permite à IES aumentar sua mensalidade em R\$ 16 reais, sem perder *market share* (ANDRADE, 2011, p. 325).

Andrade (2011) objetiva proporcionar melhor entendimento de como interpretar e processar as informações contidas nas avaliações, além de propor mudanças para aperfeiçoar os rankings oficiais existentes. Apresenta quatro formatos de rankings existentes (Foco no Produto e Objetivo; Foco no Produto e Subjetivo; Foco no Insumo e Objetivo; Foco no Insumo e Subjetivo) e releva seus respectivos problemas no cenário

nacional, entrelaçando em suas análises questões quantitativas e qualitativas sobre o tema, que permitem uma visualização diferenciada.

Quando direciona a atenção para os rankings gerados pelas notas do ENEM, Andrade (2011) destaca que existe um grave problema mercadológico, pois pode refletir um “comportamento oportunístico por parte das instituições de ensino [...] pois é possível que as instituições expulsem os piores alunos de forma a que eles não representem a escola no ENEM, levando ao aumento da sua média e classificação” (p.339). Essas questões influenciam a economia, as escolhas dos pais por uma instituição de ensino, repercutindo informações que podem não representar a realidade educacional, além de prejudicar funcionários e docentes.

Entre diversos problemas apontados pelo autor, também existe o relato de que há um contraponto, pois esses rankings possuem o potencial de prover informações relevantes para diferentes públicos.

Se a nota do ENEM sinalizar a futura competência do estudante do Ensino Médio que segue para o mercado de trabalho, o ranking é relevante para os potenciais empregadores. Por outro lado, se a nota do Enem sinalizar a qualidade do corpo discente da escola, o ranking é relevante para os pais no momento de escolher a escola dos seus filhos, devido ao efeito dos pares. Por fim, se a nota do Enem sinalizar a capacidade do aluno de completar com sucesso a graduação, os pais/alunos teriam interesse em utilizar o ranking (ANDRADE, 2011, p. 340).

Mesmo revelando possíveis pontos favoráveis à utilização de rankings, o autor menciona que “não existe evidência empírica que comprove que o ENEM tenha a capacidade de sinalizar a competência do estudante no Ensino Médio, no mercado de trabalho ou em estudos avançados” (ANDRADE, 2011, p. 340), propagando a necessidade de outros estudos sobre a efetiva capacidade que os resultados do ENEM possuem de prever impactos significativos para o indivíduo ou a sociedade).

Em suas considerações finais, o autor aponta a importância que futuras pesquisas possuem no desenvolvimento desta temática. Investigar se os resultados são condizentes com as realidades escolares brasileiras e analisar os impactos causados pelo ranqueamento em todas as esferas do sistema governamental são apontados como necessários para o processo da ciência, das políticas educacionais e dos instrumentos avaliativos.

2.3 Considerações

Os artigos abordados neste mapeamento relacionam o ENEM em contextos diversos e com a análise dos cinco artigos selecionados no Portal de Periódicos da CAPES, podemos apresentar as principais representações que autores possuem.

Embora alguns apontamentos sejam superficialmente abordados pelos autores dos artigos, a leitura possibilitou uma breve visualização sobre a conjuntura político-educacional vigente no Brasil, destacando pontos importantes como avaliação em larga escala e ENEM.

Também podemos concluir que a maioria dos trabalhos utiliza informações oficiais, ou seja, disponibilizadas pelo MEC, para complementar suas discussões e explicitar questões históricas e estruturais do ENEM, configurando uma base sólida de informações. Por outro lado, percebemos que alguns artigos apresentam dados desatualizados sobre o ENEM para compor suas análises, o que podem comprometer as conclusões dos autores, pois nos 16 anos de existência, o Exame já passou por várias modificações estruturais e funcionais.

Embora os estudos sobre o ENEM sejam recentes, cresce significativamente a quantidade de publicações sobre este tema. Muitas lacunas ainda precisam ser preenchidas, visto a amplitude que o Exame possui no cenário nacional.

O mapeamento sobre o ENEM estimulou a reflexão, a visualização de novos horizontes possíveis de pesquisa e revelou perspectivas sobre a temática que ainda precisam ser aprofundadas. Alguns desses importantes tópicos para compreensão do ENEM serão abordados nesta dissertação, principalmente relacionados aos sistemas e programas governamentais associados.

Após a leitura dos artigos, novos questionamentos foram incitados, ampliando as ideias traçadas para este trabalho e uma das demandas que mais se evidenciou, por exemplo, foi a necessidade de uma análise mais profunda sobre os programas e sistemas governamentais, PROUNI e SISU, que estão diretamente relacionados ao ENEM. Questões essas que serão apresentadas e analisadas nos próximos capítulos, de forma mais sistemática e detalhada.

Assim, caracterizamos os componentes e as estruturas presentes nos artigos filtrados sobre a temática publicados a partir de 2010 e salientamos que as informações apresentadas neste capítulo, sustentam futuras análises e discussões apresentadas no decorrer da dissertação.

CAPÍTULO 3

ENEM: O QUE É E PARA QUE SERVE

O ingresso ao Ensino Superior é um tema repleto de problemáticas e dissensos. Não alheio a esses fatores o ENEM teve seu primeiro ano de aplicação em 1998, criado pelo Ministério da Educação (MEC), e foi um instrumento inicialmente previsto para enfrentar alguns dilemas identificados no cenário nacional - como o reduzido número de vagas nas universidades públicas e a elevada quantidade de concorrentes que as disputavam.

O ENEM consiste em uma prova individual, aplicada anualmente e com caráter voluntário. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o Ensino Médio em anos anteriores.

Divulgado governamentalmente como um “instrumento de aferição das competências e habilidades do indivíduo, ele também confere a cada participante parâmetro para a autoavaliação e orientação de seu processo de formação continuada” (BRASIL, 2010).

O Exame passou por diversas transformações e vinculou funções e objetivos ao decorrer dos anos de aplicação, que não eram previstos, mas que fizeram do ENEM um instrumento consolidado no contexto brasileiro.

De acordo com dados disponibilizados pelo INEP, em seus 16 anos de aplicação o número de inscritos sofreu aumento, passando de 116 mil inscritos em 1998 para mais de 8,7 milhões em 2014.

Desenvolvido com base na construção contínua de conhecimento, que valoriza o conhecimento interdisciplinar e contextualizado em detrimento da memorização, o ENEM apresenta dois momentos distintos.

O primeiro é denominado “Antigo ENEM” e é delimitado desde sua criação em 1998 até o ano de 2008. A partir de 2009, batizado de “Novo ENEM”, o exame passou por uma reestruturação profunda e atualmente é o principal instrumento de acesso ao ensino superior do país.

Associado a uma ideia contrária dos clássicos vestibulares, que habitualmente são apontados por cobrar conteúdo de uma forma tradicional, com excessiva valorização da memorização, o ENEM apresenta em suas descrições governamentais uma política

que prioriza a aplicação de situações problemas em suas questões, para que além do conhecimento teórico, o candidato demonstre que sabe aplicar o conceito apresentado.

Alguns momentos importantes podem ser apontados na história do ENEM, perpassando por ações governamentais de incentivo a participação, cooptação de outros programas do governo associados ao exame, profunda reestruturação da prova, entre outros aspectos que são indicados e analisados a seguir.

3.1 Histórico do Exame: antigo ENEM

Criado em 1998 durante a gestão do ministro da educação Paulo Renato Souza, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), o ENEM contou com 157,2 mil inscritos na sua primeira edição. Número restrito diante das aspirações vislumbradas pelo Exame Nacional.

Os 10 primeiros anos de aplicação do ENEM foram denominados de Antigo ENEM. A estrutura da prova era simplificada em relação à existente atualmente. Realizada em apenas um dia, a prova possuía 5 horas de aplicação e era composta por 63 questões de múltipla escolha, além de uma redação dissertativa, elaborada a partir de um tema que relacionava questões sociais, culturais e políticas.

Língua portuguesa, Geografia, História, Biologia, Matemática, Física e Química eram os conteúdos presentes no exame, conforme estudados no Ensino Médio, que apostava na interdisciplinaridade e no raciocínio lógico, para avaliar a capacidade do aluno de resolver situações-problema e interpretar textos e imagens.

A possibilidade de comparação das notas de um ano para outro ainda não era utilizada e os resultados obtidos pelos participantes do Exame eram utilizados como complemento da nota dos vestibulares em instituições brasileiras de Ensino Superior.

3.2 O Novo ENEM: reformulação estrutural e funcional

Em 2009, durante a gestão do ministro da educação Fernando Haddad, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), foi introduzido um novo modelo para o ENEM.

O Novo ENEM passou a contar com 180 questões de múltipla escolha, divididas em quatro áreas do conhecimento: Linguagens e códigos (Língua Portuguesa, Literatura e Língua Estrangeira), Ciências Humanas (Geografia, História, Filosofia e Sociologia),

Ciências da Natureza (Biologia, Química e Física) e Matemática. A análise crítica, o raciocínio lógico e a capacidade de aplicar conceitos teóricos em situações-problema são apresentadas como as prioridades deste novo modelo de exame, assim como a interdisciplinaridade e contextualização.

Segundo o MEC, o exame “tem como eixos estruturantes a transdisciplinaridade e a contextualização dos conhecimentos expressos na forma de situações-problema” (BRASIL, 2010). Abaixo encontram-se os objetivos gerais da prova, apresentados pelo MEC no seu site oficial na internet:

- I.** Oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder à sua auto avaliação com vistas às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mundo do trabalho quanto em relação à continuidade de estudos;
- II.** Estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho;
- III.** Estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes, pós-médios e à Educação Superior;
- IV.** Possibilitar a participação e criar condições de acesso a programas governamentais;
- V.** Promover a certificação de jovens e adultos no nível de conclusão do ensino médio nos termos do artigo 38, §§ 1º e 2º da Lei nº 9.394/96 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- VI.** Promover avaliação do desempenho acadêmico das escolas de ensino médio, de forma que cada unidade escolar receba o resultado global; e
- VII.** Promover avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes nas Instituições de Educação Superior (BRASIL, 2010).

Após essa reestruturação, o ENEM passa a ser realizado em dois dias: 4 horas e meia no primeiro e 5 horas e meia no segundo dia. No segundo dia é aplicada a redação, que deve ser elaborada em Língua Portuguesa e estruturada na forma de texto em prosa do tipo dissertativo-argumentativo, a partir de um tema de ordem social, científica, cultural ou política.

Entre os objetivos do ENEM divulgados pelo governo a partir de 2009, encontram-se: democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio (BRASIL, 2010).

O Novo ENEM passou a permitir a comparação do desempenho dos candidatos ao longo do tempo, possibilitando, assim, a formação de um histórico educacional do aluno. Oferecendo aos alunos que participaram uma tabulação com seus resultados, indicando suas habilidades e deficiências.

O cálculo dos resultados do ENEM é realizado a partir da Teoria de Resposta ao Item (TRI), que é caracterizado como uma “modelagem estatística criada para mensurar

características que não podem ser medidas diretamente por meio de instrumentos apropriados, como ocorre com altura e peso”. Desenvolvida nos anos de 1950, sobre a TRI, o INEP relata que:

Como não há nenhum aparelho que possa medir, por exemplo, a proficiência de um estudante em matemática ou a intensidade da depressão de uma pessoa, foram criadas formas de avaliação indireta. Essas características são chamadas de traço latente ou construto. Essa medida indireta se dá a partir de respostas apresentadas a um conjunto de itens, elaborados de modo a formar um instrumento de medida que possa permitir a sua quantificação de modo fidedigno (BRASIL, 2011).

Antes da TRI os cálculos eram realizados por meio da Teoria Clássica das Medidas, uma teoria que consiste em atribuição de notas a partir do número de acertos, descontados os erros. Já em provas elaboradas com base na TRI, “se uma mesma pessoa se submeter a duas provas diferentes – desde que as provas sejam elaboradas com os padrões exigidos de qualidade – ela obterá a mesma nota”. Segundo o INEP, o uso da TRI não faz a prova mais fácil ou difícil, e afirma que o conhecimento está no indivíduo, não no instrumento de medida (BRASIL, 2011).

Até mesmo o acerto casual (chute) é previsto na TRI. Tomando como exemplo uma prova do Enem de 45 questões, que permitem acerto casual: se duas pessoas acertarem 20 questões – se não forem as mesmas 20 questões – dificilmente elas terão a mesma nota. Não porque uma questão tenha ‘peso’ maior que a outra, mas porque o sistema está montado de forma que quem acertou itens dentro de um padrão de coerência tenha notas melhores. Há um algoritmo estabelecido para cada traço que o item deverá medir (BRASIL, 2011).

Sobre os resultados obtidos no ENEM, o INEP esclarece que essas informações serão utilizadas para:

- Compor a avaliação de medição da qualidade do Ensino Médio no País.
- Subsidiar a implementação de políticas públicas.
- Criar referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do Ensino Médio.
- Desenvolver estudos e indicadores sobre a educação brasileira.
- Estabelecer critérios de acesso do participante a programas governamentais.
- Constituir parâmetros para a autoavaliação do participante, com vista à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho (BRASIL, 2013).

Os resultados obtidos nas provas do ENEM também são utilizados para a medição da qualidade de escolas públicas e privadas. Nessa modalidade, um ranqueamento é elaborado entre as escolas, descrito da seguinte forma pelo MEC:

Permite uma análise da escola em que estudou, daquilo que considera ter aprendido durante sua escolarização básica, das suas expectativas em relação à continuidade de seus estudos e à sua inserção no mercado de trabalho, além

de outras inúmeras informações extremamente valiosas para a formulação de políticas públicas no setor educacional (MEC, 2010).

Esse ranqueamento gerado pelo ENEM é tomado como elemento de disputa entre as escolas, especialmente nas instituições particulares, promovendo concorrência, competição e rivalidade, envolvendo questões de marketing e finanças.

Para gerenciar as vagas que as instituições de Ensino Superior público disponibilizam aos candidatos, o Sistema de Seleção Unificada (SISU) foi instituído em 2009 e utiliza as notas das provas do ENEM como item seletor.

3.3 “Matriz de referência” comum às áreas do conhecimento

O conteúdo das provas do ENEM é definido a partir de matrizes de referência das quatro áreas do conhecimento (Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação; Matemática e suas Tecnologias). As diretrizes das Matrizes de Referência consistem em um documento, com dois pontos básicos do que se pretende avaliar: o conteúdo programático e o nível de operação mental necessário para a realização de determinadas tarefas (UFJF, 2014).

A Matriz de Referência apresenta o objeto de uma avaliação e é formada por um conjunto de descritores que mostram as habilidades que são esperadas dos alunos em diferentes etapas de escolarização e passíveis de serem aferidas em testes padronizados de desempenho. Construída a partir de estudos das propostas curriculares de ensino, sobre os currículos vigentes no país, além de pesquisas em livros didáticos e debates com educadores em atividade nas redes de ensino e especialistas em educação (UFJF, 2014).

Nos anexos presentes no edital do ENEM 2013, o INEP apresenta os cinco Eixos Cognitivos cobrados do candidato no Exame, que são conteúdos comuns a todas as áreas de conhecimento.

Os Eixos Cognitivos elencados são:

- I. Dominar linguagens (DL): dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa.
- II. Compreender fenômenos (CF): construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.
- III. Enfrentar situações-problema (SP): selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.
- IV. Construir argumentação (CA): relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.

V. Elaborar propostas (EP): recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural (INEP, 2013).

Por meio do edital do ENEM, observamos que é exigido do aluno o domínio da norma culta da Língua Portuguesa, bem como o uso correto das linguagens matemática, artística, científica e das línguas estrangeiras (inglesa ou espanhola). Ainda, segundo o edital, espera-se que o candidato utilize de seus conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida e de seu cotidiano para compreender textos e situações-problema apresentadas ao longo da prova.

O documento aponta os Eixos Cognitivos como uma base mínima necessária para se entender qualquer informação encontrada na prova. Outros pontos observados ao longo das aplicações do Exame é a exigência de que o aluno esteja informado quanto aos acontecimentos atuais, entre outros aspectos, como impactos sociais, ambientais, econômicos, tecnológicos, políticos, entre outros.

3.4 ENEM em números: para compreender política e ideologicamente

Em 2014, o número de inscrições no ENEM foi 8.721.946. Comparando com 2013, o exame obteve um aumento de 21,6% nos números de inscrições. Mas essa realidade nem sempre foi assim. Com apenas 157,2 mil inscritos na primeira edição em 1998, algumas medidas foram tomadas pelo governo para ampliar a popularidade do exame.

Em 2001, a primeira medida foi isentar o pagamento da taxa de inscrição para os alunos oriundos de escolas públicas, medida importante para democratizar o acesso às inscrições para o ENEM e impulsionar o número de inscrições, que chegaram aos 1,62 milhões.

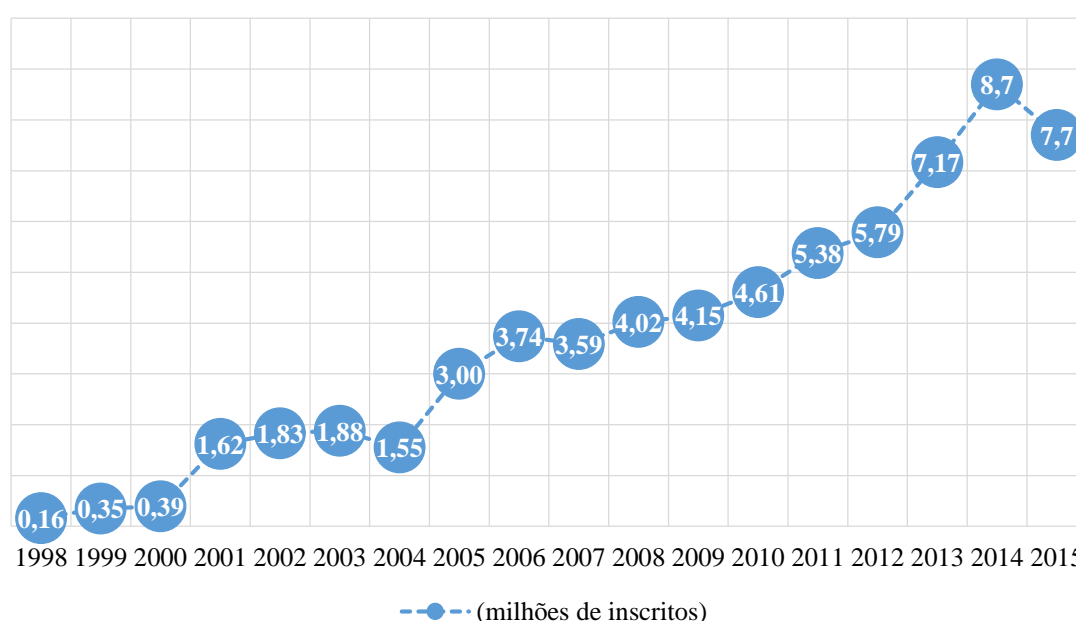
Durante os 6 anos seguintes à sua primeira aplicação, os números de inscritos aumentaram progressivamente, mas ainda era muito baixa. O Exame ainda possuía pouca visibilidade nacional e a maioria dos alunos não discernia razões para realizar o ENEM.

Diante dessa realidade algumas propostas governamentais já eram analisadas para alavancar o número de participantes no ENEM. A primeira redução no número de inscrições foi observada em 2004, alcançando a marca de 1,55 milhões de inscrições. Nesse mesmo ano, o PROUNI foi instituído pelo MEC, instaurando um grande marco para a história do exame. O PROUNI que vincula a concessão de bolsas integrais e

parciais em IES particulares às notas obtidas no ENEM, ofertou em 2014 exatas 191.625 bolsas de estudo em 1.116 instituições de Ensino Superior, sendo 131.636 bolsas integrais e 59.989 bolsas parciais.

Após este vínculo entre ENEM e PROUNI, no ano seguinte, em 2005, houve um aumento contínuo no número de inscritos, alcançando aproximadamente 3 milhões de inscritos. As alterações mencionadas podem ser melhor visualizadas a partir do Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 – Número de inscritos (em milhões) no ENEM de 1998 a 2014



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados disponibilizado pelo MEC (BRASIL, 2015).

Podemos observar no Gráfico 1 que o número de inscritos aumentou após a mobilização do MEC, para que mais universidades aderissem ou utilizassem a nota do exame em seus processos de seleção.

A gradativa utilização das notas do ENEM por muitas universidades federais, estaduais, municipais e particulares trouxe para o Exame uma importância cada vez mais expressiva no cenário educacional nacional, que se configura a cada ano de aplicação, alterando a dinâmica de estudantes, professores, entre outros profissionais da educação, principalmente para o Ensino Médio e Superior.

3.5 Dados recentes do ENEM

Com o total de 8.721.946 inscritos na edição de 2014, o INEP elaborou o “Balanço de inscrições 2014”, um arquivo oficial com dados do ENEM da última aplicação do Exame, que serão aqui mencionados e utilizados para posteriores análises. Em 2014, foram contabilizados 3.076.697 candidatos na região Sudeste, que foi a região com maior número de candidatos inscritos (35,27%), representando um crescimento de 17% em relação a edição de 2013.

Em seguida, a região Nordeste com 2.877.673 inscritos (32,99%), Sul com 1.044.673 inscritos (11,97%), Norte com 950.245 candidatos (10,89%) e Centro-Oeste com 772.658 inscritos (8,85%).

Os Estados com maior número de inscrições no exame foram São Paulo com 1.324.486 inscritos e Minas Gerais com 979.259. Segundo declaração do ministro da educação em exercício em 2014, Henrique Paim, “o crescimento está associado a uma expectativa da juventude, que enxerga as oportunidades abertas pelos programas do governo federal como esperança de mudar de vida” (BRASIL, 2014).

Um reflexo da medida realizada em 2001, que isentou a inscrição para alunos oriundos da escola pública, foi visualizada em 2014. Somando 2.310.176 pagantes inscritos (26,48%) e os isentos que estudam na rede pública são 1.424.906 inscritos (16,33%) e 4.986.864 inscritos (57,17%) foram isentos com carência comprovada.

Outros dados que compõem o balanço de inscritos de 2014 são o total de inscritos. Com um total de 5.051.206 participantes, 57,91% se declararam negros, 37,7% brancos, 2,15% amarelos, 0,62% índios e 1,59% optaram por não declarar. Sobre esses dados, em entrevista o ministro da educação Henrique Paim declarou que

Esse aumento reflete a política que o governo federal vem implementando com a Lei de Cotas, que despertou nos jovens negros o interesse de se inscrever e contar com essas vagas, não só nas universidades federais, mas no próprio ProUni [Programa Universidade para Todos], que também tem um sistema de cotas (BRASIL, 2014)

De acordo com os dados oficiais, do total de inscrições, 58,11% são mulheres (5.069.166) e 41,88% homens (3.652.780).

Dentre as 14 opções de atendimento especializado, mais de 15 mil estudantes solicitaram salas de fácil acesso, 6.768 pediram provas super ampliadas, 3.330 necessitam de um intérprete de libras e outros 3.239 candidatos solicitaram apoio para pernas.

Sobre a situação escolar dos inscritos, 4.990.025 já concluíram o Ensino Médio antes de 2014. Os que concluíram em 2014 somam 1.748.588. Que concluirão após 2014

representam 1.446.032 e os que não concluíram e não estão cursando o Ensino Médio são 537.301 inscritos.

Para as faixas etárias, 499.515 inscritos representam os menores de 16 anos. Os que possuem idade igual a 16 anos, 903.858. Os que possuem 17 anos, 1.191.161. Os que possuem 18 anos, 916.238. Os que possuem 19 anos, 714.214. Os que possuem 20 anos, 561.219. Os que possuem de 21 a 30 anos, 2.587.739 e os maiores de 30 anos somam 1.348.002 inscritos. De acordo com os dados apresentados pelo MEC, 85% dos inscritos estão na faixa etária de 15 a 29 anos.

No site do ENEM encontramos a pergunta “Por que o ENEM mudou?” e na resposta há menção ao investimento na inovação de políticas educacionais para serem legitimadas.

A proposta tem como principais objetivos democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio. (BRASIL, 2015).

Por meio das investigações realizadas por esta dissertação, é possível observar que ao longo dos anos de aplicação do exame, o programa governamental vinculou as notas do ENEM a sistemas e programas governamentais, fazendo com que o número de inscrições aumentasse.

Além de servir como ingresso ao Ensino Superior e ter as vagas disponibilizadas pelas IES gerenciadas pelo SISU, o resultado obtido pelo candidato também pode ser utilizado como certificação de conclusão do Ensino Médio, ser critério para disputa de bolsas de estudo, utilizado para o financiamento do ensino superior por via do FIES. Além de ser critério de seleção para o programa Ciências sem Fronteiras, PRONATEC e ingresso em universidades estrangeiras. Todos esses sistemas que integram o ENEM a outros meios governamentais serão apresentados a seguir com maior detalhamento de sua funcionalidade.

3.6 Enem: sistemas e programas governamentais associados

Conforme veiculado no Portal Brasil, as opções de ingresso nas IES públicas brasileiras são contempladas por 63 instituições e desse total, 50 delas utilizam o ENEM como critério de seleção dos candidatos (BRASIL, 2014). Contudo, como relata a própria propaganda ministerial, o ENEM, além de ser porta de entrada para as universidades,

também é meio para a participação de uma rede farta de sistemas e programas governamentais, que serão descritos a seguir.

3.6.1 As vagas no Ensino Superior brasileiro e estrangeiro

Atualmente as IES brasileiras utilizam o resultado do ENEM como critério de seleção para o ingresso no Ensino Superior, seja complementando ou substituindo (total ou parcialmente) o vestibular próprio da instituição.

Para as IES, o MEC disponibilizou modos diferentes de utilização das notas do ENEM em que os resultados “poderão ser utilizados como mecanismo único, alternativo ou complementar de acesso à Educação Superior, bastando para tanto a adesão por parte das Instituições de Educação Superior (IES)” (BRASIL, 2015, p. 13).

Portanto, a instituição pode utilizar como:

1. Prova única;
2. Substituindo a primeira fase do vestibular pelo ENEM;
3. Combinando a nota do ENEM com a do vestibular (nesta modalidade, a universidade é livre para decidir o percentual do ENEM que será utilizado na média);
4. Utilizando a nota do ENEM apenas para as vagas ociosas.

Ao INEP cabe a responsabilidade de encaminhar os dados e resultados dos participantes à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC) e às Instituições de Educação Superior públicas ou privadas, de acordo com critérios, diretrizes e procedimentos definidos em regulamentação específica de cada ente (BRASIL, 2015).

A partir da edição de 2014, os estudantes brasileiros também tiveram acesso a uma nova função do ENEM: a de ingressar em universidades portuguesas utilizando as notas do Exame como item de seleção. Para quem deseja estudar no exterior, as Universidades de Coimbra (UC), Algarve (UALG) e da Beira Interior (UBI) anunciaram a adesão ao ENEM para selecionar estudantes brasileiros para seus cursos e em 2015 os Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), o Instituto Politécnico do Porto (IPP), o Instituto Politécnico de Leiria (IPL), o Instituto Politécnico de Beja (IPBeja) também aderiram ao exame.

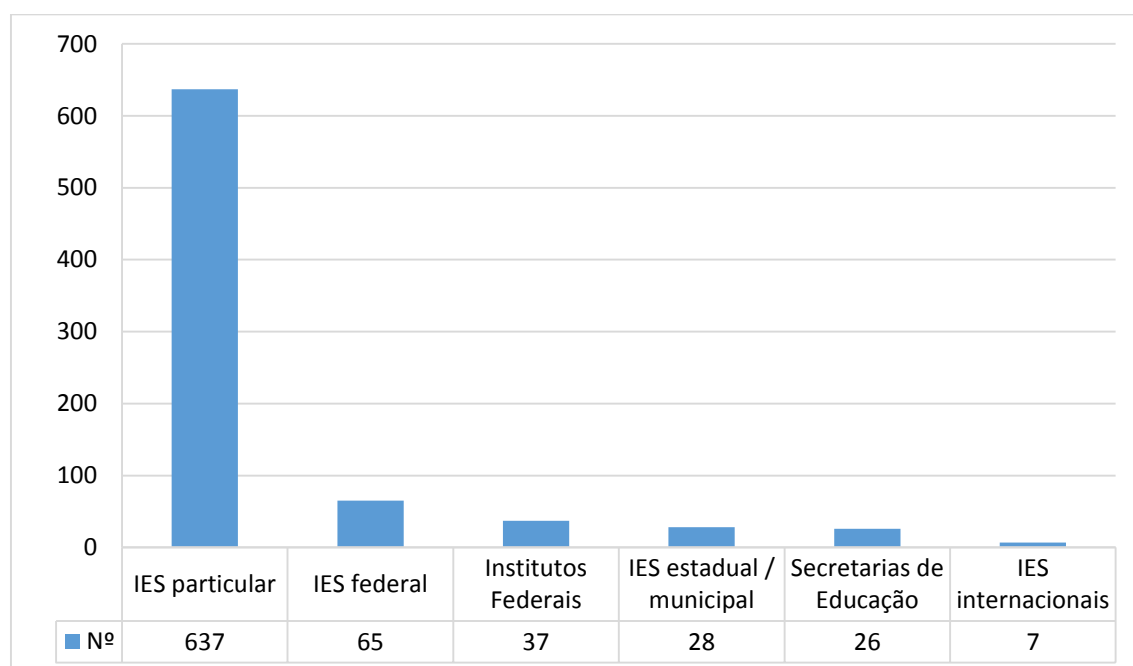
Em 2015, os participantes do ENEM que pretendem estudar fora do Brasil podem ingressar no Instituto Politécnico de Barcelos (IPCA), em Portugal. No dia 09 de novembro deste ano, foi firmado convênio com o INEP para adoção dos resultados do

Exame na seleção de estudantes interessados nos cursos de Ensino Superior oferecidos pela instituição lusa.

A assessoria de comunicação social do INEP também salienta que o IPCA, localizado na cidade de Barcelos, norte de Portugal, oferece cursos em diversas áreas do conhecimento e que o investimento anual é de 1.750 euros (que atualmente corresponde a R\$ 7.120), além de hospedagem, alimentação e outros gastos que são de responsabilidade do estudante.

De acordo com o MEC, o IPCA é a oitava instituição portuguesa a utilizar os resultados do ENEM em suas seleções. Para o presidente do INEP, João Baptista da Costa Carvalho, “o ENEM traz estudantes com vastos conhecimentos e cultura para compartilhar com jovens de vários países”, proporcionando uma experiência multicultural (BRASIL, 2015).

Gráfico 2 – Instituições que utilizam as notas do ENEM em seus processos no ano de 2015



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados disponibilizados pelo Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal.

3.6.2 SISU

Segundo o site do MEC⁵, o SISU é um sistema informatizado por meio do qual as instituições públicas de Ensino Superior oferecem suas vagas aos candidatos participantes do ENEM. Sua implementação se deu com a reestruturação do Exame em 2009 e possibilitou a utilização das notas como parâmetro único na seleção de candidatos para ingresso nas instituições públicas de educação superior.

De acordo com as instruções oferecidas pelo site do SISU, seu funcionamento ocorre da seguinte forma: o candidato se inscreve e pode escolher até duas opções de curso, com a possibilidade de alterar suas escolhas durante o período de inscrições. Posteriormente, são selecionados segundo as notas obtidas no ENEM, em conformidade com o número de vagas disponibilizada pelo curso/instituição, “por modalidade de concorrência” (BRASIL, 2015).

O candidato também deve definir se deseja concorrer às vagas de ampla concorrência, às vagas reservadas de acordo com a Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) ou às vagas destinadas às demais políticas afirmativas das instituições (BRASIL, 2015).

Segundo as especificações do sistema, após o período de inscrições, o SISU seleciona automaticamente os candidatos classificados em cada curso, considerando as notas no ENEM e eventuais ponderações associadas ao curso desejado - como pesos atribuídos às notas ou sistema de bônus. Se o candidato obtiver a nota suficiente que possibilite sua classificação nas duas opções de vaga escolhida, ele será selecionado exclusivamente em sua primeira opção.

Se o candidato for aprovado na primeira opção, deve fazer sua matrícula na instituição de acordo com as datas estipuladas, pois “independentemente de efetuar ou não sua matrícula na instituição de ensino, não será selecionado novamente” (SISU, 2015). Já o candidato selecionado em sua segunda opção de curso, efetuando ou não sua matrícula na instituição, poderá participar da lista de espera no curso escolhido como primeira opção. A lista de espera é organizada após a chamada regular do SISU.

Podem participar da lista de espera, os candidatos não selecionados em nenhuma de suas opções na chamada regular, assim como os candidatos selecionados em sua segunda opção, independentemente de terem efetuado a matrícula [...] A participação na lista de espera somente poderá ser feita na primeira opção de vaga do candidato (BRASIL, 2015).

⁵ <http://sisu.mec.gov.br/sisu>

Ela pode ser utilizada prioritariamente para preenchimento das vagas eventualmente não ocupadas e “é única e compreende ampla concorrência e ações afirmativas⁶” (BRASIL, 2015).

Como política de ações afirmativas, as instituições podem reservar vagas e adotar o sistema de bônus para as notas dos candidatos. Segundo a aba “Tire suas dúvidas” no site do SISU:

Todas as universidades federais, institutos federais de educação, ciência e tecnologia e centros federais de educação tecnológica participantes do Sisu terão vagas reservadas para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas, de acordo com a Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas). Há instituições participantes do Sisu que disponibilizam, ainda, uma parte de suas vagas para políticas afirmativas próprias. Assim, em determinados cursos, pode haver três modalidades de concorrência: vagas de ampla concorrência, vagas reservadas de acordo com a Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e vagas destinadas às demais ações afirmativas da instituição. O candidato deverá, no momento da inscrição, optar por uma destas modalidades, de acordo com seu perfil [...]o candidato que optar por uma determinada modalidade de concorrência estará concorrendo apenas com os candidatos que tenham feito essa mesma opção, e o sistema selecionará, dentre eles, os que possuírem as melhores notas no Enem de 2014 (BRASIL, 2015).

A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, garante a reserva de 50% das vagas, por curso e turno nos IES, a estudantes que tenham cursado o Ensino Médio em escolas públicas. A reserva de vagas pode ser implementada gradualmente e cada instituição estabelece o percentual a ser reservado, garantindo no processo seletivo de 2015 pelo menos 37,5% de suas vagas para as cotas e para o processo seletivo de 2016 deverão atingir o percentual de 50% de vagas reservadas.

Das vagas reservadas pelas instituições para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas, metade é destinada para estudantes com renda familiar bruta mensal por pessoa de até um salário mínimo e meio. O preenchimento das vagas leva em conta ainda critérios de cor ou raça, ou seja, um percentual das vagas são reservadas para estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas em proporção igual a de pretos, pardos e indígenas na população da Unidade da Federação onde está localizada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015).

O site do SISU também informa que o candidato é o responsável por certificar se atende aos requisitos exigidos para concorrer às vagas destinadas às políticas afirmativas, pois em caso de aprovação, os documentos serão exigidos pela instituição no momento da matrícula.

⁶ Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural (GEMAA, 2011).

Os cursos de graduação podem adotar critérios diferenciados de acordo com suas especificidades. Podem instituir peso diferente para uma ou outra área do conhecimento, além de estabelecer uma nota mínima para ser aprovado no curso. Por exemplo, um curso de bacharelado em Geografia pode dar um peso maior para a área de Ciências Humanas ou ainda, uma determinada instituição pode definir para o curso de Engenharia Mecânica 600 pontos como a nota mínima para a prova de Matemática, sendo assim, um candidato que não tenha obtido nota igual ou superior não conseguirá se inscrever para este curso dessa instituição.

Dessa forma, é possível que um mesmo candidato obtenha notas diferentes para cursos diferentes. Isso ocorre porque a nota do candidato pode variar de acordo com os parâmetros definidos em cada curso e/ou instituição.

No período de inscrições, o candidato tem acesso a nota de corte⁷, que é calculada e divulgada uma vez ao dia via site oficial do SISU, o que possibilita acompanhar se a sua nota é suficiente para aprovação no curso que deseja. Portanto, com essa classificação parcial, o candidato poderá consultar a sua classificação parcial, na opção de curso escolhido durante o período de inscrição, que é calculada a partir das notas dos candidatos inscritos na mesma opção.

Os critérios de desempate em caso de notas iguais são:

maior nota obtida na redação; maior nota obtida na prova de Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias; maior nota obtida na prova de Matemática e suas Tecnologias; maior nota obtida na prova de Ciências da Natureza e suas Tecnologias; maior nota obtida na prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias (BRASIL, 2015).

Para se inscrever no SISU, o candidato precisa do número de inscrição e a senha do ENEM. O sistema possui acesso automático das notas dos candidatos e as gerencia de acordo com as especificações de cada curso/instituição. Não existe taxa de inscrição para o SISU, apenas para o ENEM.

Em 2014, aproximadamente 2,6 milhões de candidatos se inscreveram pelo SISU, representando um crescimento maior que 30% em relação à edição do primeiro semestre de 2013. Ao todo, 171.401 vagas foram oferecidas em 4.723 cursos de graduação de 115 instituições do país (BRASIL, 2014).

O candidato que se inscreveu no SISU também pode se inscrever no PROUNI, mas se for selecionado nos dois programas deverá optar pela bolsa do PROUNI ou pela

⁷ A nota de corte é a menor nota que o aluno precisa ter para ser selecionado. Ela é calculada com base no número de vagas e no total de candidatos inscritos em um determinado curso.

vaga do SISU, “pois é vedado ao estudante utilizar uma bolsa do programa e estar, simultaneamente, matriculado em instituição de ensino superior pública e gratuita” (BRASIL, 2015).

3.6.3 PROUNI

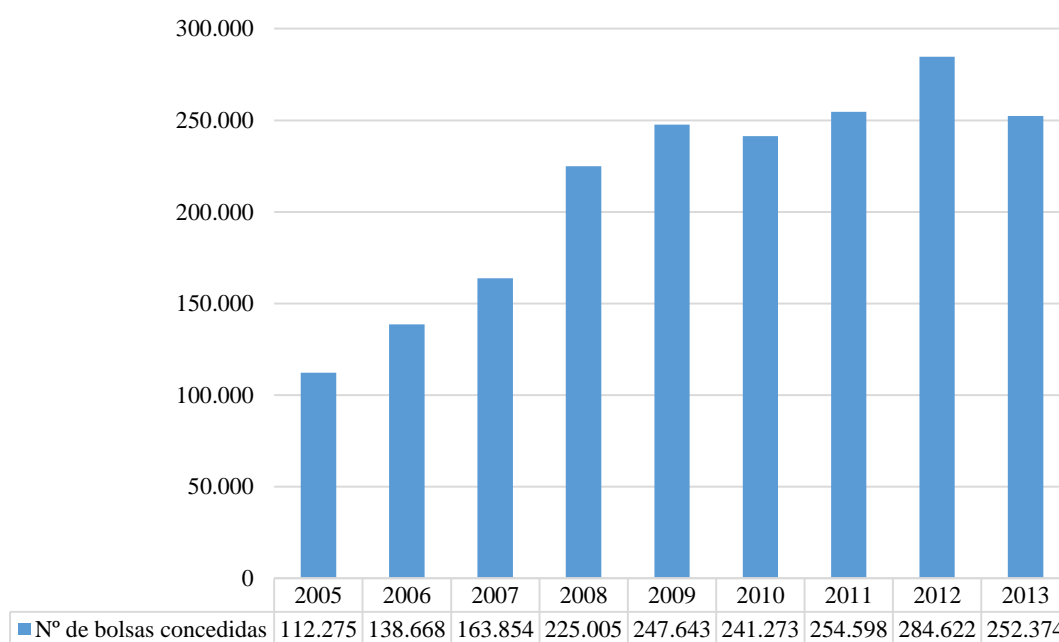
Desde 2004, o ENEM é utilizado como critério de seleção para os estudantes de baixa renda, oriundos de escola pública e particular, que pretendem concorrer a uma bolsa no PROUNI. De acordo com o MEC, este programa “tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior” (BRASIL, 2015).

O processo seletivo do PROUNI é realizado semestralmente e, segundo o site do programa, “para concorrer às bolsas integrais (100%) o candidato deve ter renda familiar de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para as bolsas parciais (50%) a renda familiar deve ser de até três salários mínimos por pessoa” (BRASIL, 2015).

O PROUNI possui também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência, no valor de até R\$ 300,00, os convênios de estágio MEC/CAIXA e MEC/FEBRABAN e a articulação com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa (BRASIL, 2015).

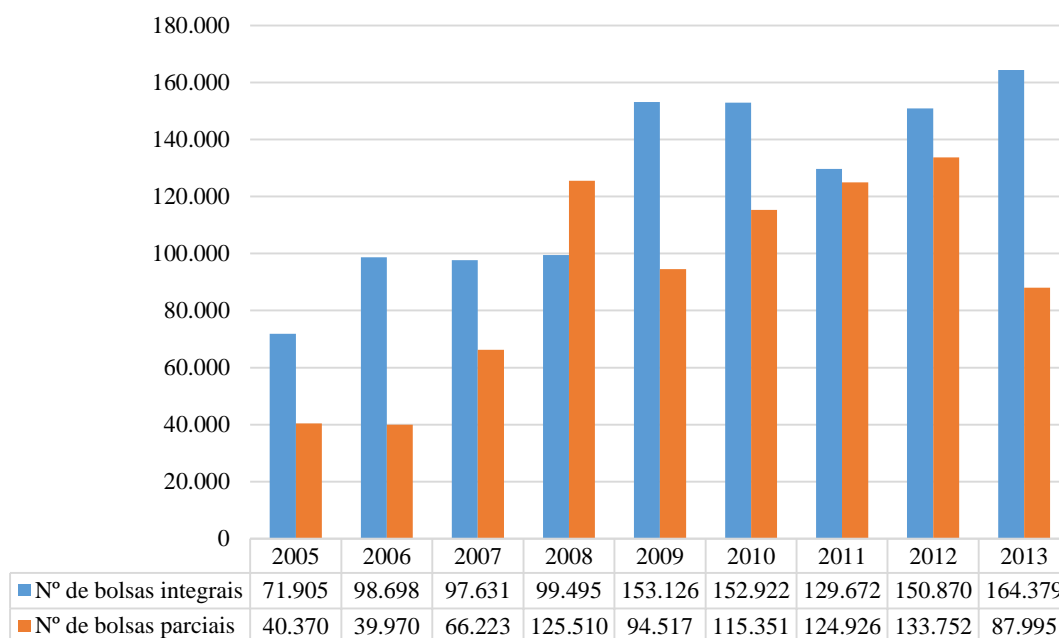
Encerrado o período de inscrições, o candidato é pré-selecionado de acordo com as opções de instituição e curso, bem como as notas obtidas no ENEM. Dessa forma, “as instituições participantes do programa verificam a documentação dos candidatos pré-selecionados, e nos casos em que são atendidos os critérios de elegibilidade, emite Termo de Concessão de Bolsa” (BRASIL, 2015).

Com o objetivo de regulamentar a concessão de bolsas nas instituições de Ensino Superior, o PROUNI integra o conjunto de ações do MEC destinadas ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2011. Baseados nas informações disponíveis no site do governo, os gráficos 4 e 5 indicam a oferta de bolsas nas instituições de Ensino Superior.

Gráfico 3 – Número de bolsas concedidas anualmente por meio do PROUNI

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados disponibilizados pelo PROUNI.

A partir dos dados expostos no gráfico 4, observamos que a quantidade de bolsas concedidas dobrou nos últimos oito anos, atingindo certa estabilidade a partir de 2009.

Gráfico 4 – Número de bolsas integrais e parciais concedidas do PROUNI

Fonte: Elaborado a partir de dados disponibilizados pelo PROUNI.

Observando os dados do gráfico 4, constata-se que a quantidade de bolsas integrais e parciais concedidas nos últimos oito anos dobrou. Em ambos os dados de 2014 não foram divulgados até o momento em sites oficiais do governo.

3.6.4 FIES

Criado pela Medida Provisória – MP nº 1.827, de 27/05/99, regulamentado pelas Portarias MEC nº 860, de 27/05/99 e 1.386/99, de 15/19/99 e Resolução CMN 2647, de 22/09/99, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do MEC que concede financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais em IES particulares e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

No Relatório de Gestão de 2000 (primeiro ano disponível no site oficial do FIES) o Banco Caixa Econômica Federal é apresentado como a administradora dos ativos e passivos e agente operador do FIES, além de ser o agente financeiro responsável pela concessão de financiamentos aos estudantes.

Sobre a descentralização orçamentária, o documento traz que:

Para execução orçamentária e financeira é utilizada a Unidade Gestora 155002-CEF/FIES, Gestão 00001 (Tesouro), vinculada ao órgão MEC e executada pelo Agente Operador Caixa no SIAFI – Sistema de Administração Financeira. Para atender às contratações de financiamento e ao pagamento das taxas de administração aos Agentes Operador e Financeiros do FIES, foram descentralizados pelo Ministério da Educação, no exercício de 2000, crédito orçamentário inicial no valor de R\$809.317.960,00 e suplementação de R\$ 52.613.872,00, perfazendo um total de R\$ 861.931.832,00 nas rubricas orçamentárias 12.128.0041.4556 (33.90.00) e 12.128.0041.0579 (45.90.66). Foram disponibilizados recursos financeiros na ordem de R\$ 20 milhões e, dos créditos orçamentários, inscritos o montante de R\$ 559.530.107,49 em Restos a Pagar – RP, para garantir as contratações e aditamentos relativas ao exercício de 2000 não finalizadas até 29/12/2000 (BRASIL, 2015).

Existem normatizações a serem seguidas para o pedido de financiamento via FIES como a descrição no site governamental,

O FIES financia os cursos de graduação presenciais com conceito maior ou igual a 03 (três) no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), das instituições de ensino superior participantes do FIES (BRASIL, 2015).

Os cursos que não foram avaliados no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), mas que são autorizados para funcionamento, também poderão participar do FIES.

O programa é direcionado aos estudantes que não possuem condições financeiras para saldar as mensalidades do curso na IES. O FIES possui três níveis de financiamento: 50%, 75% e 100% e o estudante deve iniciar o pagamento de sua dívida com o governo 18 meses após a conclusão de sua graduação.

Os percentuais de financiamento variam de acordo com a renda bruta familiar e existe uma interligação entre o FIES e o PROUNI, que instaura que “o estudante matriculado em curso de licenciatura ou bolsista parcial do ProUni que solicitar o financiamento para o mesmo curso no qual é beneficiário da bolsa poderá financiar até 100% dos encargos educacionais cobrados do estudante pela IES” (BRASIL, 2015).

Assim como um financiamento convencional, para o FIES também é necessário ter um fiador. Segundo o site do FIES, existem duas modalidades de fiança: a fiança convencional e a fiança solidária.

A fiança convencional é descrita como:

A fiança convencional é aquela prestada por até dois fiadores cuja renda seja igual ao dobro do valor da mensalidade paga pelo estudante, considerados os descontos de pontualidade e de caráter coletivo oferecidos pela IES. Em se tratando de estudantes beneficiários de bolsa parcial do ProUni, o (os) fiador (es) deverá(ão) possuir renda mensal bruta conjunta pelo menos igual à parcela mensal da semestralidade, observados os descontos regulares e de caráter coletivo oferecidos pela IES, inclusive aqueles concedidos em virtude de pagamento pontual. Por força da adesão das entidades mantenedoras ao FIES e ao FGEDUC, os contratos formalizados a partir de 1º de fevereiro de 2014, garantidos por fiança convencional ou solidária, terão como garantia colateral o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC). Assim, em caso de inadimplemento das parcelas do financiamento, os fiadores e o FGEDUC serão chamados a honrarem a dívida inadimplida. No entanto, a garantia do FGEDUC, nestes casos, estará condicionada à disponibilidade de saldo deste Fundo, que será verificada a cada contratação inicial e renovação semestral. Desse modo, poderão ocorrer semestres (e respectivo saldo devedor) garantidos, concomitantemente, pelo FGEDUC e pela Fiança, enquanto outros semestres serão garantidos somente por Fiança Convencional (BRASIL, 2015).

E a fiança solidária é delineada como:

O grupo de fiadores deverá ser constituído na mesma agência do agente financeiro escolhido, reunidos em grupo de 3 a 5 participantes não sendo exigida a comprovação de rendimentos. Os estudantes deverão obrigatoriamente ser da mesma IES e do mesmo local de oferta do curso. Os estudantes não poderão ser do mesmo grupo familiar e ficarão restritos a oferecer essa modalidade a apenas um grupo. Por força da adesão das entidades mantenedoras ao FIES e ao FGEDUC, os contratos formalizados a partir de 1º de fevereiro de 2014, garantidos por fiança convencional ou solidária, terão como garantia colateral o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC). Assim, em caso de inadimplemento das parcelas do financiamento, os fiadores e o FGEDUC serão chamados a honrarem a dívida inadimplida. No entanto, a garantia do FGEDUC, nestes casos, estará condicionada à disponibilidade de saldo deste Fundo, que será verificada a cada contratação inicial e renovação semestral. Desse modo, poderão ocorrer semestres (e respectivo saldo devedor) garantidos, concomitantemente, pelo

FGEDUC e pela Fiança, enquanto outros semestres serão garantidos somente por Fiança Solidária (BRASIL, 2015).

Os incentivos ao candidato matriculado em cursos de licenciatura são estendidos nesse setor, pois “ficam dispensados da exigência de fiador os alunos bolsistas parciais do ProUni, os alunos matriculados em cursos de licenciatura e os alunos que tenham renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio” (FIES, 2015).

Também é possível visualizar essa tendência do programa, pois os alunos de cursos de licenciatura, pedagogia e normal superior podem trabalhar na rede pública em permuta do valor financiado quando estiverem em efetivo exercício na rede pública de educação básica. Isso também é válido aos estudantes de medicina, integrantes de equipe de saúde da família oficialmente cadastrada. Para esse benefício, os candidatos devem cumprir alguns critérios estabelecidos pelo programa:

Licenciatura

Ser professor da rede pública de educação básica, em efetivo exercício, com carga horária de, no mínimo, 20 horas semanais, que cursou ou que esteja cursando licenciatura, pedagogia ou normal superior e tenha a situação de seu respectivo financiamento na condição de ativo e adimplente no agente financeiro. Os meses trabalhados para fins da concessão do abatimento são todos aqueles em efetivo exercício a partir de janeiro de 2010. Durante o período em que o professor fizer jus ao benefício, fica desobrigado do pagamento das prestações do financiamento. A desobrigação do pagamento das prestações será mantida enquanto o professor fizer jus ao abatimento. Nesse período serão informados e validados os meses efetivamente trabalhados para fins de contagem do abatimento a ser concedido. Se o valor total do abatimento não for suficiente para liquidar o saldo devedor consolidado, deverá retomar o pagamento das prestações do financiamento até a liquidação total do saldo devedor consolidado não liquidado com o valor do abatimento. As Secretarias de Educação dos Municípios, Estados e do Distrito Federal deverão confirmar as informações prestadas pelo professor referentes ao efetivo exercício na rede pública de educação básica. As informações deverão ser atualizadas pelo financiado e validadas pela respectiva Secretaria de Educação a cada ano para a operacionalização do abatimento.

Medicina

Estudante graduado em Medicina integrante de equipe da Saúde da Família oficialmente cadastrada, que atue em um dentre os 2.219 municípios selecionados como prioritários pelo Ministério da Saúde, conforme definidos pela Portaria Conjunta MEC — Ministério da Saúde nº 2, de 25 de agosto de 2011. Pela regra, a solicitação do abatimento deve ocorrer a partir de 1 (um) ano de trabalho ininterrupto como médico integrante de equipe de saúde da família oficialmente cadastrada. A desobrigação do pagamento das prestações será mantida enquanto o médico fizer jus ao abatimento. Nesse período, serão informados e validados os meses efetivamente trabalhados para fins de contagem do abatimento a ser concedido. Se o valor total do abatimento não for suficiente para liquidar o saldo devedor consolidado, deverá retomar o pagamento das prestações do financiamento até a liquidação total do saldo devedor consolidado não liquidado com o valor do abatimento. Dezenove especialidades médicas previstas: anesthesiologia, cancerologia, cancerologia cirúrgica, cancerologia clínica, cancerologia pediátrica, cirurgia geral, clínica médica, geriatria, ginecologia e obstetrícia, medicina de família e comunidade, medicina intensiva, medicina preventiva e social, neurocirurgia, neurologia,

ortopedia e traumatologia, patologia, pediatria, psiquiatria e radioterapia. As áreas de atuação prioritárias são cirurgia do trauma, medicina de urgência, neonatologia e psiquiatria da infância e da adolescência (BRASIL, 2015).

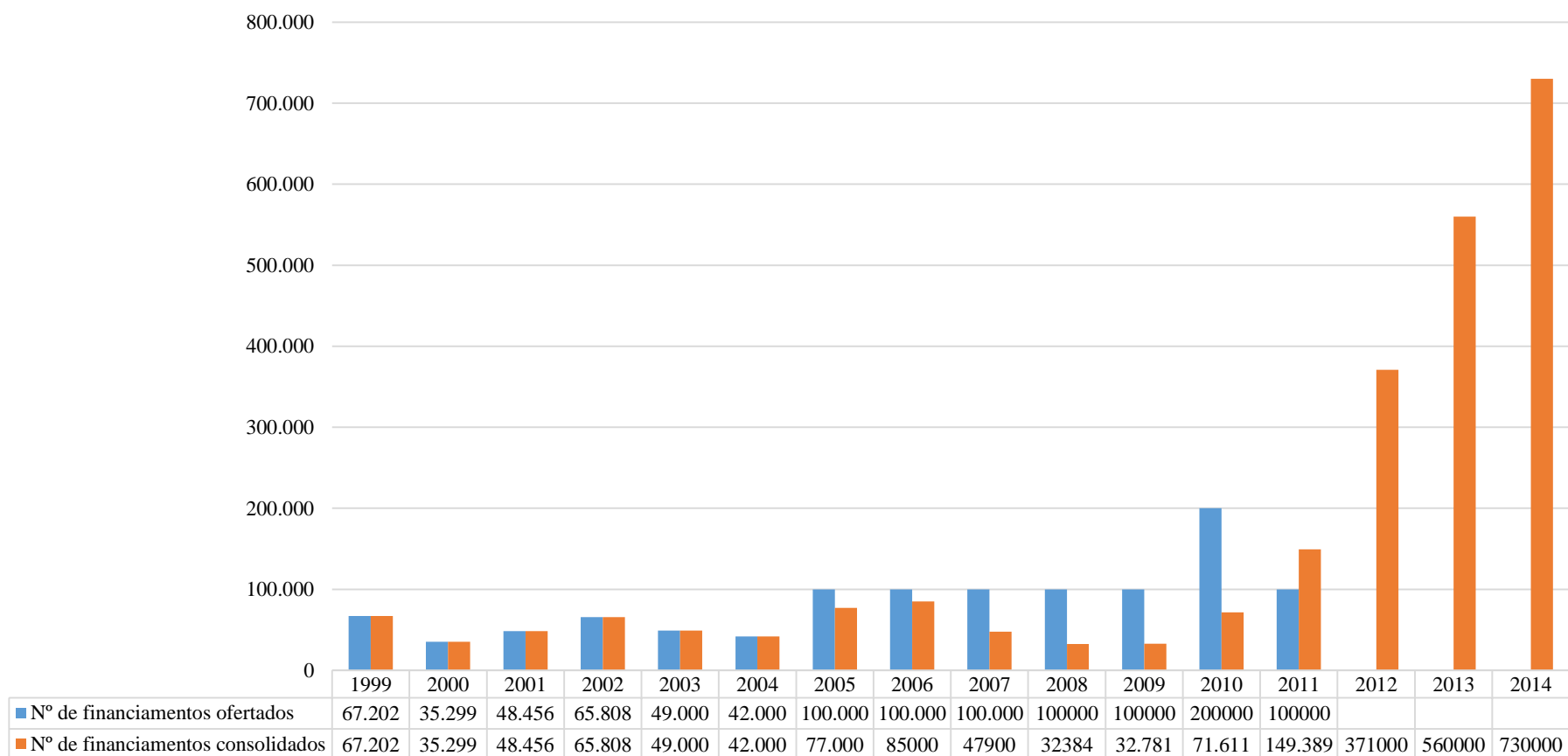
Aos alunos que não conseguiram finalizar o curso no período convencional estipulado pela IES, o FIES possibilita o pedido de “dilatação”, apresentado como um “aumento do prazo de utilização do financiamento por até 2 (dois) semestres consecutivos, caso o estudante não tenha concluído o curso até o último semestre do financiamento” (FIES, 2015).

Ao final das informações obtidas por meio do site governamental, é ressaltado que ao estudante não será concedido novo financiamento via FIES para alunos já contemplados.

Assim como o SISU, o FIES também possui um sistema em que as inscrições são efetivadas. O Sistema Informatizado do Fies (SISFIES) é uma página eletrônica do MEC e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que intermedia o pedido de financiamento.

O gráfico 6 a seguir apresenta alguns números que facilitam a visualização do crescimento que o FIES alcançou no cenário educacional nos últimos 15 anos.

Gráfico 5 – Número de financiamentos ofertados pelo Governo Federal e número financiamentos consolidados



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados disponibilizados pelo FIES.⁸

⁸ Nos anos de 2012, 2013 e 2014 os Relatórios de Gestão divulgados pelo governo não trazem a informação sobre a meta de financiamentos ofertadas pelo FIES

Segundo a Portaria normativa Nº 7, de 25 de maio de 2015, que o MEC, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, resolve a partir do artigo 19 que:

a seleção dos estudantes aptos para a contratação do financiamento do Fies, a partir do primeiro semestre de 2016, será efetuada exclusivamente com base nos resultados obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, observadas as demais normas estabelecidas pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2015, p. 10).

Portanto, a partir de 2015, para solicitar o financiamento, o candidato precisa obrigatoriamente participar do ENEM. A nota obtida no exame será um dos critérios para conseguir o financiamento, mas “apenas é exigido para os estudantes que tenham concluído o ensino médio em 2010 ou em anos posteriores” (BRASIL, 2015).

3.6.5 Ciências sem fronteiras

É um programa que oferece intercâmbios, de modo que os estudantes de Graduação e Pós-graduação realizem estágios no exterior e expanda seus conhecimentos em sistemas educacionais mais competitivos em relação à tecnologia e inovação.

Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC (BRASIL, 2015).

Entre seus objetivos governamentais, constam a disponibilização de até 101 mil bolsas de intercâmbio em quatro anos, “com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação” (BRASIL, 2015).

Os candidatos devem cumprir com os seguintes requisitos:

Ser brasileiro ou naturalizado; Estar regularmente matriculado em instituição de ensino superior no Brasil em cursos relacionados às áreas prioritárias do Ciência sem Fronteiras; Ter sido classificado com nota do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM - com no mínimo 600 pontos considerando os testes aplicados a partir de 2009; Possuir bom desempenho acadêmico; Ter concluído no mínimo 20% e no máximo 90% do currículo previsto para o curso de graduação (BRASIL, 2015)

Destinado a alunos de graduação e pós-graduação brasileiros, o Ciências sem Fronteiras também “busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil

ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa” (BRASIL, 2015).

3.6.6 PRONATEC

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado em 2011, por meio da Lei nº 11.513/2011, pelo Governo Federal. Ofertado aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda⁹ que buscam ampliar as oportunidades de acesso à educação e à formação profissional com qualidade, os objetivos governamentais do programa estão vinculados a “expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público” (BRASIL, 2015).

Politicamente, observamos um objetivo do Governo Federal em valorizar o Ensino Médio profissionalizante, que foi uma tendência presente no discurso de posse proferido pela presidente Dilma Rousseff em seu primeiro mandato em 2011, quando relatou que “vamos estender a vitoriosa experiência do ProUni para o ensino médio profissionalizante, acelerando a oferta de milhares de vagas para que nossos jovens recebam uma formação educacional e profissional de qualidade” (OLIVEIRA, 2015).

Nesse contexto, em abril de 2011 foi criado o PRONATEC pelo então Ministro da Educação, Fernando Haddad. O programa governamental oferta cursos gratuitos por meio de instituições de ensino da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica, bem como o SENAI, SENAT, SENAC e SENAR.

A oportunidade é direcionada para quem já concluiu o Ensino Médio e realizou o ENEM, obtendo nota acima de zero na prova de redação. Entre 2011 e 2014, mais de 8 milhões de matrículas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada foram realizadas por meio do PRONATEC e a partir de 2013, as instituições privadas, devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação, também passaram a ser ofertantes dos cursos do Programa (BRASIL, 2015).

⁹ A Transferência de Renda é uma das seguranças que a política de Assistência Social deve garantir. É um direito social que assegura a sobrevivência de famílias em situação de pobreza, por meio do acesso a renda, e a promoção da autonomia dessas famílias (SEDHS, 2012)

3.6.7 Certificação do Ensino Médio

A certificação de conclusão do Ensino Médio é outra função que os inscritos no ENEM podem solicitar. Conferida conforme dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu Art. 38, §2º da Seção V, esse processo utiliza os resultados de desempenho obtidos no Exame e possui alguns requisitos governamentais que precisam ser alcançados pelos candidatos, como:

I - indicar a pretensão de utilizar os resultados de desempenho no Exame para fins de certificação de conclusão do Ensino Médio, no ato da inscrição, bem como a Instituição Certificadora;

II - possuir no mínimo 18 (dezoito) anos completos na data da primeira prova de cada edição do Exame;

III - atingir o mínimo de 450 (quatrocentos e cinquenta) pontos em cada uma das áreas de conhecimento do Exame;

IV - atingir o mínimo de 500 (quinhentos) pontos na redação (BRASIL, 2014, p.5).

Segundo o Guia de Certificação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, essa função é destinada às pessoas que não concluíram o Ensino Médio em idade própria, assim como para as pessoas privadas de liberdade e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas ou que estão fora do sistema escolar. E uma informação intrigante é que para obter essa certificação, o participante do ENEM não precisa apresentar o Histórico Escolar ou Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental.

Àqueles estudantes que abandonaram os estudos, independente do motivo, ou não tiveram a oportunidade de concluir o ensino médio, podem utilizar a nota do ENEM para conseguir o certificado de conclusão do Ensino Médio. Para isso é necessário que o candidato consiga nota superior a 450 pontos nas provas de múltipla escolha, em cada uma das áreas avaliadas e nota acima de 500 pontos na prova de redação. Para utilizar o ENEM na certificação de conclusão do ensino médio, o candidato deve atentar-se às Instituições Certificadoras listadas no edital, que firmaram Termo de Adesão com o INEP para esse fim. O PARTICIPANTE que pretenda obter a CERTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO deverá, no ato da inscrição, indicar a Instituição Certificadora respectiva (...) A escolha da Instituição Certificadora não está condicionada ao local de residência do PARTICIPANTE, podendo este escolher uma das opções da relação de Instituições Certificadoras apresentadas no sistema de inscrição. A marcação da opção de certificação no sistema de inscrição pelo PARTICIPANTE implica concessão de autorização ao Inep para o envio de dados e notas obtidas para a Instituição Certificadora indicada pelo PARTICIPANTE. O Inep encaminhará os dados e os resultados dos PARTICIPANTES do Enem às Instituições Certificadoras (...) para fins de certificação, de acordo com critérios, diretrizes e procedimentos definidos em regulamentação específica de cada Instituição. Não compete ao Inep proceder à emissão do certificado de conclusão do Ensino Médio, bem como da declaração de eliminação por área do conhecimento (BRASIL, 2013).

As Instituições Certificadoras, a emitir os documentos referentes ao processo de certificação dos participantes aprovados no exame são as Secretarias de Educação dos

Estados e do Distrito Federal e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, desde que tenha contemplado a adesão ao ENEM.

Existem dois formatos de documentos emitidos: Certificado de Conclusão do Ensino Médio e Declaração Parcial de Proficiência. O primeiro reconhece oficialmente que o participante do ENEM cumpriu na íntegra todos os componentes curriculares do núcleo comum do atual Ensino Médio e o segundo “comprova que o participante atingiu a pontuação mínima necessária em uma ou mais áreas de conhecimento avaliadas no ENEM que correspondem aos componentes curriculares do atual Ensino Médio” (BRASIL, 2014, p.8).

3.6.8 SISUTEC

O Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica é um sistema governamental que gerencia vagas para cursos de Ensino Técnico. As redes públicas e privadas ofertam os cursos, e a nota do ENEM é o item de seleção dos candidatos.

O programa foca nas instituições de educação profissional e cursos técnicos, como: Institutos Federais, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, Redes estaduais e municipais de educação profissional e tecnológica, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, Universidades privadas e Escolas técnicas privadas (BRASIL, 2015).

Para concorrer as vagas, os participantes não podem obter nota zero na redação. Reservam vagas para negros, pardos e indígenas de acordo com a Lei de Cotas e segundo o site do Sistema, as vagas são prioritariamente destinadas aos alunos que cursaram o Ensino Médio em instituição pública de ensino ou em instituição privada com bolsa integral (BRASIL, 2015).

3.7 Algumas reflexões

Buscamos neste capítulo identificar e descrever os sistemas e programas governamentais associados ao ENEM. O Exame progressivamente tornou-se um instrumento com diversas finalidades e a pluralidade de diretrizes de políticas públicas trouxe elementos que perpassam desde o ingresso ao Ensino Superior até o financiamento de cursos de graduação em instituições privadas.

Um exemplo da importância que os sistemas e programas governamentais possuem na trajetória do ENEM pode ser visualizado com base na frequência de inscritos anualmente no exame. Em 2005, um ano após a implementação do PROUNI, o número de inscritos praticamente dobrou - passando de 1,55 milhões para aproximadamente 3 milhões de inscritos.

A criação do SISU também representou um avanço para o gerenciamento das vagas nas IES públicas, especialmente federais. Após 2009, o sistema possibilitou também a atribuição de diferentes pesos para cada área de conhecimento, portanto, as IES ganharam uma nova ferramenta para selecionar candidatos com perfil favorável às necessidades específicas e interesses institucionais.

Outro impacto considerável está vinculado ao progressivo uso das suas notas do ENEM nos processos seletivos de IES privadas e públicas estaduais – entre elas as mais renomadas no país. No caso das IES privadas, substituiu-se praticamente os processos seletivos pela nota do ENEM. Nas IES estaduais – gerenciadas pelos mais tradicionais vestibulares, como FUVEST, VUNESP e COMVEST – o processo de seleção tem incorrido em transformações, pois utilizam parcialmente as notas do exame para compor sua seleção de candidatos.

Embora existam problemáticas de nível social, técnico e econômico, o ENEM alcançou uma ampla aceitação. O exame cresceu, modificou-se e foi articulado com outras políticas de governo que, atualmente, compõem um amplo leque de finalidades dos quais milhões de participantes anualmente utilizam em busca de objetivos pessoais. Portanto, com estas constatações, fica aberto o caminho para o diálogo entre os sistemas e as alterações encontradas no exame a partir da análise documental e pesquisa bibliográfica a respeito dos objetivos institucionais, no sentido de demonstrar os limites e as potencialidades do ENEM.

CAPÍTULO 4

PROJEÇÃO, IMPLANTAÇÃO E SOLIDIFICAÇÃO DO ENEM: RAZÕES E CONTRADIÇÕES

No quarto e último capítulo desta dissertação, relacionamos questões teóricas sobre avaliação com as características estruturais do ENEM. Também analisamos questões políticas que envolvem a valorização do Exame em detrimento dos vestibulares próprios aplicados pelas IES, buscando entender as políticas de adesão do ENEM e as possíveis influências que programas e sistemas governamentais vinculados tiveram na sua ascensão. A partir do percurso desenvolvido até aqui, esta seção sintetiza os resultados obtidos em dois momentos caracterizados da seguinte forma: 1. ENEM: sentidos de avaliação e sentidos de exame; 2. ENEM: razões e contradições.

Nossa escolha pelo tema envolveu a compreensão do ENEM como instrumento de seleção para o ingresso no Ensino Superior e justificou-se, entre outros aspectos, diante da dimensão e importância nacional que foi atribuída ao Exame ao longo de seus 17 anos de aplicação. Portanto, este capítulo retoma o diálogo entre os estudos teóricos clássicos referentes à avaliação e o levantamento bibliográfico sobre as recentes publicações que relacionam o ENEM à avaliação. Posteriormente sintetizamos os dados obtidos na análise documental com características atuais do Exame, buscando organizar razões e contradições que advêm dessa política educacional.

4.1 ENEM: sentidos de avaliação e sentidos de exame

Escolhemos investigar as questões relacionadas à avaliação, pois na descrição oficial do ENEM, dos seus 7 objetivos gerais, 5 deles fazem referência a características avaliativas que o Exame possui, entre elas: I: autoavaliação; II: avaliação ao final da Educação Básica para os processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho; III: avaliação ao final da educação básica para exames de acesso aos cursos profissionalizantes, pós-médios e para a Educação Superior; VI: avaliação do desempenho acadêmico das escolas de ensino médio; VII: avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes nas Instituições de Educação Superior.

Após essa constatação, vimos que a avaliação tem ocupado um lugar de destaque e importância no cenário das políticas educacionais atualmente em curso no Brasil e

constituiu-se um amplo campo de pesquisa (FREITAS, 2002), o qual não temos o objetivo de esgotar nesta dissertação. Nosso eixo de raciocínio percorreu três modalidades de avaliação: tradicional, diagnóstica e formativa, e para ilustrá-las utilizamos principalmente os autores: Luckesi (1999, 2000, 2006), Gatti (1987, 2009), Libâneo (1991), Vianna (1995), Perrenoud (1999), Villas Boas (2004), entre outros.

A partir das leituras e análises, destacamos que as avaliações possuem diversas finalidades, diferentes públicos-alvo, formas de elaboração e execução. Portanto, compreender os elementos estruturantes de uma avaliação, assim como os moldes em que ela é realizada tornou-se imprescindível para alcançarmos os objetivos propostos.

Com o intuito de compor apreciações teóricas sobre a temática, buscamos problematizar os conceitos encontrados sobre avaliação e confrontá-los com as leituras dos documentos oficiais do ENEM. Nesta etapa encontramos pontos convergentes e divergentes entre os conceitos, literatura oficial do Exame e a realidade, formulando considerações exploradas a seguir.

Em linhas gerais, podemos concluir que o ENEM se aproxima do que foi denominado por Meneghel (2009), de avaliação classificatória. Como a função básica de classificar os alunos ao final de um curso ou período de ensino, esse formato objetiva classificar os resultados de aprendizagem alcançados pelos alunos, de acordo com os níveis de aproveitamento estabelecido, assim como avaliar o grau em que os resultados têm sido alcançados ao final do ano, semestre letivo ou unidade de ensino (BLOOM, 1983).

Para autores como Mildner e Silva (2002), por exemplo, o ENEM constitui um processo de aferição ou verificação de resultados; entretanto, o governo federal considera o Exame como uma avaliação. Caracterizada por fatores somativos, esse formato visa a atribuição de notas, evidenciando ações que nos permitem associar sua terminologia a sentidos de exame – encontrados na política que rege o ENEM. Assim, comparamos esse formato avaliativo com a expressão “pedagogia do exame”, explorada por Luckesi (2008) e relacionamos as terminologias com os conceitos de verificação, classificação e seleção.

Associamos o conceito de verificação à ação finalista de aplicar um exame e posteriormente apresentar uma nota individual. Já a classificação é realizada a partir das notas individuais, configurando-se em uma ordenação dos candidatos, da qual teoricamente exhibe os resultados de aprendizagem alcançados pelos participantes do Exame.

Lembramos que é a partir dessa classificação que outra ação é realizada – denominada de ranqueamento. Como já mencionamos, as notas do ENEM são utilizadas para compor *rankings* entre escolas públicas e particulares. Uma tendência que partiu do VI objetivo geral do ENEM, o ranqueamento associa a nota à qualidade ofertada por determinada instituição de ensino e nessa ação cada unidade escolar recebe o resultado global – fator que é usado na divulgação das denominadas “melhores” escolas no ENEM e estimula a competição principalmente por parte das instituições particulares de Ensino Médio.

A seleção é vista como uma das principais funções do ENEM: eleger os candidatos para o ingresso no Ensino Superior, seguindo critérios pré-estabelecidos pelas IES, bem como o número de vagas que cada instituição disponibiliza. Utilizando-se do SISU, as vagas cedidas pelas IES são gerenciadas a partir da edição de 2009, mesmo ano em que o ENEM foi reestruturado.

Também visualizamos sentidos de seleção quando mencionamos os sistemas e programas que são associados às notas do Exame. Fator que compõe o IV objetivo geral do ENEM, possibilita que a partir das notas obtidas, os participantes pleiteiem bolsas pelo PROUNI e financiamento estudantil com o FIES, ambos em IES particulares. Recordamos que outros programas governamentais utilizam as notas do ENEM para suas seleções próprias, como PRONATEC e Ciências sem Fronteiras.

Já a Certificação de Jovens e Adultos no nível de conclusão do Ensino Médio abrange o V objetivo geral do ENEM. A certificação compõe o atributo de certificar jovens e adultos no nível de conclusão do Ensino Médio nos termos do artigo 38, §§ 1º e 2º da Lei nº 9.394/96 – LDB, lembrando que neste caso, o candidato deve informar esse objetivo no momento de sua inscrição.

4.2 ENEM: razões e contradições

Criado a partir de uma demanda governamental, a qual não tinha o objetivo de investir na criação de novas vagas nas universidades públicas, as políticas que envolvem a institucionalização do ENEM foram reestruturadas a fim de contemplar novas demandas nacionais. Composto as políticas públicas que são “criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área a longo prazo” (CUNHA; CUNHA, 2002, p. 12).

O ENEM é divulgado como um instrumento avaliativo com ênfase em competências e habilidades, elaborado de uma forma interdisciplinar e contextualizada. Ainda, segundo seus documentos oficiais, não se baseia apenas na memorização e sua prioridade está na análise crítica, no raciocínio lógico e na capacidade de aplicar conceitos teóricos em situações-problema. Valoriza a importância da Educação Básica, seja para a continuidade da vida acadêmica, para a atuação autônoma do sujeito na sociedade, permitindo sua inserção no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo.

A utilização das notas do ENEM foi ampliada e diversificada progressivamente a partir de novas demandas nacionais. Afim de reunir em uma linha do tempo os principais momentos do ENEM desde sua criação até o ano de 2015, elaboramos o Quadro 3, no qual as informações contidas também serão utilizadas para compor conclusões acerca do tema.

Quadro 3: Principais momentos do ENEM desde sua criação até o ano de 2015

Ações	Ano	Principais momentos vinculados ao ENEM
1	1998	Criação do ENEM.
2	2000	Utilização das notas do ENEM por algumas universidades como parte do critério de seleção; Implementação do FIES.
3	2001	Isenção de taxa de inscrição para alunos desfavorecidos.
4	2004	Criação do PROUNI.
5	2005	PROUNI é vinculado aos resultados do ENEM.
6	2006	Início da publicação da média do ENEM por escola.
7	2009	Mudanças estruturais e implantação do Novo ENEM; Criação do SISU; Início da utilização da TRI.
8	2010	Utilização das notas do ENEM como critério para certificação do Ensino Médio.
9	2012	Reserva de 50% das vagas, por curso e turno nas IES, a estudantes que tenham cursado o Ensino Médio em escolas públicas.
10	2015	ENEM passa a ser obrigatório para todos os alunos que solicitarem o FIES

Fonte: Elaboração dos autores.

Algumas ações estão ligadas direta ou indiretamente ao princípio de instituir o ENEM como principal meio para o acesso ao Ensino Superior no país e algumas medidas foram tomadas ao longo dos anos de aplicação do exame, incidindo na variação de

participantes. O Gráfico 1 (página 40) auxilia na visualização da relação dos principais momentos do ENEM apresentado no Quadro 3 com a oscilação no número de inscritos no Exame, permitindo-nos observar a evolução entre os anos de 1998 a 2015.

Entre as ações que indicamos como responsáveis pela influência na taxa de participantes anuais no ENEM, destacamos: 1. Isenção da taxa de inscrição para estudantes oriundos de escolas públicas e candidatos com carência comprovada – fator que poderia impedir a participação de diversas pessoas; 2. Divulgação do Exame com uma proposta de utilizar o resultado como base para a melhoria da qualidade de ensino; 3. Aceitação e utilização dos resultados do ENEM como forma de ingresso em IES públicas; 4. Propagandas de escolas a partir das notas do ENEM; 5. Vínculo do ENEM com o PROUNI em 2004 – que concede bolsas em IES privadas à nota obtida no Exame.

Também observamos que após a criação do PROUNI e seu respectivo vínculo às notas do ENEM, o número de inscritos passou de 1,55 milhões para 3 milhões de candidatos nos últimos nove anos.

Embora não tenhamos dados referentes ao uso da mídia para divulgação de informações referentes ao ENEM, acreditamos que a intensificação desta ação resulte no maior índice de participantes no Exame. Além de seu portal governamental¹⁰, a página oficial do MEC no *Facebook*¹¹ é utilizada como meio de propaganda e de informação sobre: datas e valores de inscrição, editais e regras, datas dos resultados, início das inscrições no SISU, entre outras notícias que também são veiculadas periodicamente em canais televisivos.

Por outro lado, também com auxílio do Gráfico 1, observamos que o total de inscritos em 2015 foi 11,2% menor que o da edição de 2014, quebrando uma sequência de recordes registrada desde 2008 pelo exame. A explicação mais provável para compreender o fato é que o governo endureceu as regras para isentar a taxa de inscrição para estudantes de baixa renda. A taxa de inscrição até 2014 era de R\$ 35,00 e subiu em 2015 para R\$ 63,00. Os estudantes do 3º ano do Ensino Médio público são automaticamente isentos da taxa de inscrição do ENEM e os candidatos de baixa renda precisam fazer a declaração de carência para solicitar a liberação da taxa. Essas informações são apresentadas pelo candidato no ato de inscrição no site do ENEM, no qual tem a opção de "declarar carência", afirmando que possui os documentos necessários

¹⁰ <http://enem.inep.gov.br/>

¹¹ <https://www.facebook.com/ministeriodaeducacao>

para comprovar sua condição e de não ter condições financeiras de pagar a taxa de inscrição.

3.3.1 A isenção do pagamento da taxa de inscrição da edição do Enem 2015 é concedida:

3.3.1.1 Automaticamente, ao PARTICIPANTE concluinte do Ensino Médio no ano de 2015, matriculado em qualquer modalidade de ensino em escola da rede pública, declarada ao Censo Escolar da Educação Básica.

3.3.1.2 Mediante declaração de carência, ao PARTICIPANTE que atenda aos requisitos contidos nos incisos I e II do parágrafo único do art. 1º da Lei 12.799, de 10 de abril de 2013.

3.3.1.3 Mediante declaração de carência, ao PARTICIPANTE que declarar ser membro de família de baixa renda ou estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, nos termos do art. 4º do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

3.3.1.4 Para o previsto nos itens 3.3.1.2 e 3.3.1.3, o PARTICIPANTE deverá, no ato da inscrição, no endereço eletrônico <http://enem.inep.gov.br/participante>:

3.3.1.4.1 Declarar carência socioeconômica.

3.3.1.4.2 Dispor dos documentos comprobatórios da situação de carência socioeconômica declarada.

3.3.1.4.3 Prestar informações exatas e fidedignas na declaração de carência socioeconômica, sob pena de responder por crime contra a fé pública e de ser eliminado do Exame. (BRASIL, 2015)

Segundo o edital do ENEM de 2015, podem solicitar isenção os candidatos que fizeram todo o Ensino Médio em escolas públicas ou na condição de bolsista em escolas particulares. Para serem dispensados do pagamento, os candidatos precisam comprovar renda familiar de até um salário-mínimo e meio por pessoa, ou rendimento familiar mensal inferior a três salários-mínimos.

A partir da edição de 2015, uma nova regra foi estabelecida: os candidatos isentos da taxa de inscrição que não comparecerem nos dois dias de provas serão punidos e perderão o benefício de isenção para a próxima edição do ENEM. No Exame de 2014, cerca de 6,4 milhões de candidatos tiveram seus pedidos de isenção na taxa de inscrição aceitos, em um total de 8,7 milhões de inscritos.

Após essas verificações de nível socioeconômico, perguntamo-nos a quem o ENEM atende e de que forma? Destacamos que em 29 de agosto de 2012, com a Lei nº 12.711, as IES públicas que utilizam parcialmente ou totalmente as notas do ENEM em seu processo de seleção individual devem reservar 50% das vagas, por curso e turno nas IES, a estudantes que tenham cursado o Ensino Médio em escolas públicas, indicando uma preocupação social.

Como vimos, Santos (2011) relata que já existem treinamento, dicas e macetes para o ENEM – assim como para os tradicionais vestibulares de universidades renomadas como USP, UNICAMP, UNESP, entre outras, e que a maioria dos aprovados é de classe socioeconômica dominante. Santos (2011) também aponta que o ENEM não existe para excluir, ele exclui para existir, denominando-o como “novo vestibular tradicional”. Destaca que o Exame seria a “nova bussola” para o Ensino Médio, forçando mudanças curriculares e conseqüentemente na prática do professor.

Autores como Lopez e Lopes (2010) também relatam que a política que instituiu o Exame na administração pública brasileira fortalece a proposta de reforma educacional no Ensino Médio e ilustra:

Igualmente, o ENEM participa do fortalecimento e da circulação dos princípios da reforma, pois, em seu entrelaçamento e em seu processo de negociação com os múltiplos contextos com os quais se relaciona, produz efeitos mais ou menos convergentes de adesão a seus princípios. (LOPES; LÓPEZ, 2010, p. 104)

Nesta perspectiva, Rocha descreve o cenário relatando que a avaliação “pode ser tomada como um instrumento estruturante na regulação da produção, seleção, organização e distribuição dos saberes escolares” (2013, p. 81). Além da concepção de seleção, ao organizar e realizar o ENEM, o governo federal também visa reorganizar os currículos do Ensino Médio no país.

Por outro lado, embora não seja objetivo de estudo desta dissertação, observamos que em torno do ENEM há crescimento de um mercado educacional amplo, que lucra com a venda de materiais didáticos, aulas *on line*, cursinhos preparatórios, entre outras formas que auferem altos lucros em função da pretensão de ingresso em uma universidade - seguindo a tendência dos tradicionais pré-vestibulares.

Vemos que o acesso ao Ensino Superior é estereotipado e engloba questões sobre a possibilidade de ascensão socioeconômica que, historicamente, carrega o sentido de melhores salários e condições de vida em nossa sociedade em função da escolarização, gerando ansiedade por parte de pais e alunos, quando o assunto é o ingresso na universidade.

Encontramos nessas circunstâncias que, capital especulativos, imperativos financeiros e competitivos, a indústria dos vestibulares e do ENEM são similares, exacerbadas com base na “pedagogia do exame”. Observamos que o ranqueamento de escolas públicas e particulares criado a partir das notas do ENEM pode influenciar fortemente nas escolhas individuais, como na escolha por uma unidade escolar que irá

estudar (ou “se preparar”) para o ENEM - embora nomeadamente os objetivos como política pública passam ao largo disso.

Relembramos que, conforme Andrade (2011) apresenta, as políticas de ranqueamento são ações oportunistas principalmente pelas instituições de ensino particulares, utilizam-no como um artifício de propagandas midiáticas – gerando normalmente falácias. Lembramos que Andrade (2011) analisou os rankings em educação, mencionou os modelos existentes, elencou problemas e coletou informações sobre a temática. Constatou que a política de ranqueamento tem um caráter negativo de propiciar o fechamento de escolas que, conseqüentemente, resulta na demissão de professores entre outros fatores problemáticos e deslegitimadores do sistema educacional, especialmente público.

Tido como um instrumento de medição de qualidade das escolas, outros fatores podem ser indicados a partir da ação de ranquear instituições de ensino, como: 1. Contratação e manutenção de um determinado professor na instituição; 2. Aumento ou diminuição do número de matrículas na instituição; 3. Fechamento de instituições; 4. Possível variação no valor da mensalidade.

O MEC relata que essa ação analisa a escola, bem como o que foi aprendido durante a Educação Básica, porém, como apresentamos, artifícios são utilizados para articular essas notas e influenciar diretamente escolas, professores e gestores. A divulgação do ENEM como instrumento responsável por promover uma avaliação de desempenho acadêmico das escolas de Ensino Médio de todo o país tornou-se alvo de muitas discussões.

Questionamos se tal ranqueamento imprime o real significado do desempenho acadêmico das escolas de Ensino Médio, já que mecanismos são utilizados para maquiar os resultados. Neste contexto, Prado (2014) aponta que, no ranqueamento gerado pelas notas divulgadas pelo ENEM, a primeira escola ocupa ao mesmo tempo o 569º lugar do ranking da imprensa. O autor revela que a 1ª colocada não é uma escola, mas sim “uma artimanha jurídica que faz com que os alunos tenham suas notas computadas em duas listas diferentes”. Ilustra a estratégia desta forma:

A escola, localizada na Avenida Paulista, em 2009 separou numa sala diferente os alunos que acertavam mais questões em suas provas internas. Trouxe, inclusive, alguns alunos de suas franquias pela grande São Paulo. E “criou” uma outra escola (abriu outro CNPJ), mesmo estando no mesmo espaço físico. E de lá pra cá esta ‘outra escola’ todo ano é a primeira colocada no ENEM. A 569ª posição é a que melhor reflete as condições da escola. O 1º lugar é uma farsa (PRADO, 2014, p.1)

O autor reitera que os resultados não são diferentes por qualquer motivo pedagógico, pois “todos estudam no mesmo prédio, com os mesmos professores, com o mesmo material, no mesmo horário, convivendo no mesmo pátio e no mesmo horário de intervalo”. Prado (2014) completa que essa realidade não é restrita a uma ou duas escolas, mas centenas no Brasil que articulam regras para posteriormente divulgar resultados que não correspondem à plena realidade institucional. Essas informações normalmente utilizadas em propagandas, apontam a "melhor escola" do país, estado, região, cidade, até mesmo de um bairro determinado. Os reflexos que esse artifício pode trazer para a sociedade brasileira não é alvo específico de análise desta dissertação, mas referenciá-la torna-se importante para o intuito de compreender o ENEM e explicitar sua funcionalidade no sistema de educação nacional.

Seguindo essa linha de raciocínio, questionamos se com as atuais denúncias sobre articulações e manipulações dos dados divulgados pelo ENEM, o VI objetivo geral do ENEM é favorável ao desenvolvimento da educação, já que as escolas utilizam de forma a propagandear informações ilusórias.

Assim, concluímos que as razões para a manutenção do ENEM nas políticas educacionais do Brasil são: 1. Ampla e diversificada possibilidade de utilização das notas do ENEM; 2. Políticas sociais que atendem alunos desfavorecidos e oriundos de escolas públicas; 3. Utilização de novas metodologias para elaboração e correção do Exame.

Algumas contradições se sobressaíram ao decorrer desta pesquisa, indicando fatores que necessitam de maiores estudos e análises, visando um melhor atendimento e funcionalidade do ENEM, sendo eles: 1. Ranqueamento de escolas públicas e particulares de Ensino Médio; 2. Fortalecimento do mercado educacional privado; 3. Direcionamento de verba pública a IES particulares; 4. Políticas de assistência e manutenção dos alunos nas IES. 5. Influência na reestruturação dos currículos do país e favorecimento de outras mudanças no cotidiano escolar de alunos, professores e diversos profissionais da educação.

Questões que envolvem a qualidade de ensino, a democratização e o acesso ao Ensino Superior permeiam questões sociais, econômicas e culturais. A partir dessa constatação, consideramos essencial o debate desses assuntos por legisladores, professores e pesquisadores, com a finalidade de desenvolver e aperfeiçoar a política pública que atualmente impacta em várias esferas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como proposta inicial, sugerimos apontar quais seriam as razões e contradições que envolvem a política educacional do ENEM. Embora seja repleto de vieses de pesquisa e careça de aprofundamento em outras investigações diante de sua complexidade nacional, indicaremos quais são os fatores positivos e negativos encontrados a partir do nosso ponto de partida para compreender o ENEM, como principal mecanismo de seleção para o ingresso no Ensino Superior brasileiro.

Acreditamos que o uso da **Teoria de Resposta ao Item (TRI)** nos cálculos dos resultados, que antes eram realizados por meio da Teoria Clássica das Medidas, é uma razão da continuação das aplicações do ENEM. Embora utilize uma metodologia que confere mais pontos para as questões intituladas como mais difíceis, o ENEM classifica os candidatos da mesma forma que os vestibulares. Portanto, até que ponto sua política é emancipatória para as classes desfavorecidas?

Políticas como a de isenção da taxa de inscrição para alunos matriculados no 3º ano do Ensino Médio público e pessoas com carência comprovada também são fatores favoráveis do ENEM. Com uma maior quantidade de cidades como sedes e locais de aplicação do Exame, a possibilidade de pessoas sem recursos básicos para se deslocar é ampliada. Assim, o acesso aos exames seletivos torna-se mais democrático e facilita a mobilidade dos alunos pelo país.

As políticas sociais, que envolvem a isenção da taxa de inscrição, bem como as políticas de cotas são apontadas como razões, porém envolvem questões sociais, econômicas, históricas e políticas complexas. Enxergamos a associação de outros programas e sistemas governamentais de fundamental relevância para agregar funções ao ENEM e aumentar sua importância no cenário nacional.

Contradições são encontradas nas questões que envolvem o ranqueamento realizado a partir das notas do ENEM. A educação não pode submeter-se à condição mercadológica, pois ao invés de primar pela qualidade do ensino acaba aprofundando as diferenças de acesso ao conhecimento historicamente acumulado e menosprezando as desigualdades sociais adjacentes. Devemos lembrar que o ENEM não é um exame obrigatório, mas, ao divulgar o resultado, permite que as instituições de Ensino Médio (tanto públicas quanto privadas) tenham dimensão do desempenho de seus estudantes, discriminando-os assim.

Embora o vínculo de programas governamentais ao Exame seja uma das razões para que ele seja o maior meio de ingresso ao Ensino Superior do país, algumas contradições também são observadas. Questionamos se existe interesse do governo em diminuir sua responsabilidade em manter as IES públicas, se favorece e incentiva as IES particulares, assumindo a responsabilidade educativa com bolsas (PROUNI) e financiamentos (FIES).

Acreditamos que muitas das questões tratadas permitem visualizar facilidades no acesso do discente à universidade, porém a manutenção deste aluno - em assistência estudantil relativa a moradia, alimentação, transporte, saúde, entre outros - é fator que precisa de atenção especial para que a oportunidade de continuidade nos estudos seja efetiva e para que as diversas esferas de uma política educacional sejam abrangidas.

Outro questionamento ainda fica sem resposta: como o ENEM pode auxiliar o candidato nas “escolhas futuras, tanto em relação ao mundo do trabalho quanto em relação à continuidade de estudos”?

A educação é uma base de desenvolvimento de todas as sociedades e merece a atenção e os esforços governamentais. Acreditamos que após edições sucessivas, o ENEM passou a demonstrar características de uma verdadeira política de Estado.

Indicamos a necessidade de futuros estudos relacionadas a influência do ENEM na gestão curricular, para o trabalho diário dos professores do Ensino Médio em sala de aula, para a edição de apostilas e livros didáticos, entre outros elementos passíveis de investigação. Assim, desde a sua implantação, o ENEM vem ganhando cada vez mais popularidade e a partir de sua complexidade estrutural e funcional, uma infinidade de portas foram abertas para futuras pesquisas relacionadas ao ENEM.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. C. Rankings em Educação: Tipos, Problemas, Informações e Mudanças: Análise dos Principais Rankings Oficiais Brasileiros. In: **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 323-343, 2011.

ANDRIOLA, W. B. Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). In: **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 107-126, 2011.

BEAUCHAMP; PAGEL; NASCIMENTO. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação**. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag5.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2014

BRASIL. Reformulação e Ampliação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). **Educação**. 2010. Disponível em: <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro3/3.2_Educacao.pdf>. Acesso em 18 set. 2014.

_____. Ministério da Educação - MEC, 2010. Educação Básica: **Exame Nacional do Ensino Médio**. Disponível em: <http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foi_feito/program_75.php>. Acesso em: 9 de setembro de 2013.

_____. **Enem 2014 tem mais de 8,7 milhões de participantes confirmados**. Portal Brasil. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/06/enem-2014-tem-mais-de-8-7-milhoes-de-participantse-confirmados>>. Acesso em 20 abr. 2015

_____. **Enem é porta de entrada para universidades e programas do governo**. Portal Brasil. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/05/enem-e-porta-de-entrada-para-universidades-e-programas-do-governo>>. Acesso em 13 mai. 2015

_____. **Dilma: Sisu oferece 171.401 vagas em 4.723 cursos de educação superior**. Portal Brasil. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/01/dilma-sisu-oferece-171-401-vagas-em-4-723-cursos-de-educacao-superior>>. Acesso em: 11. jan. 2015

_____. **Ciências sem Fronteira. O que é?** Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>>. Acesso em: 17 jun. 2015

_____. **Perguntas frequentes - FIES**. Programa de Financiamento Estudantil. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/faq.html>>. Acesso em: 20. out. 2015

_____. **Instituto português receberá estudante com boa nota no Enem**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/index.php?option=com_content&view=art>

icle&id=31901:instituto-portugues-recebera-estudante-com-boa-nota-no-nem&catid=212&Itemid=86>. Acesso em: 20 nov. 2015

_____. **Relatório da Gestão Financeira do Exercício de 1999.** Fundo de financiamento estudantil-fies. 1999.

_____. **Relatório da Gestão Financeira do Exercício de 2000.** Fundo de financiamento estudantil-fies. 2000.

_____. **Relatório da Gestão Financeira do Exercício de 2001.** Fundo de financiamento estudantil-fies. 2001.

_____. **Relatório da Gestão Financeira do Exercício de 2002.** Fundo de financiamento estudantil-fies. 2002.

_____. **Relatório da Gestão Financeira do Exercício de 2003.** Fundo de financiamento estudantil-fies. 2003.

_____. **Relatório da Gestão Financeira do Exercício de 2004.** Fundo de financiamento estudantil-fies. 2004.

_____. **Relatório da Gestão Financeira do Exercício de 2005.** Fundo de financiamento estudantil-fies. 2005.

_____. **Relatório da Gestão Financeira do Exercício de 2006.** Fundo de financiamento estudantil-fies. 2006.

_____. **Relatório da Gestão Financeira do Exercício de 2007.** Fundo de financiamento estudantil-fies. 2007.

_____. **Relatório da Gestão Financeira do Exercício de 2008.** Fundo de financiamento estudantil-fies. 2008.

_____. **Relatório da Gestão Financeira do Exercício de 2009.** Fundo de financiamento estudantil-fies. 2009.

_____. **Relatório da Gestão Financeira do Exercício de 2010.** Fundo de financiamento estudantil-fies. 2010.

_____. **Relatório da Gestão Financeira do Exercício de 2011.** Fundo de financiamento estudantil-fies. 2011.

_____. **Relatório da Gestão Financeira do Exercício de 2012.** Fundo de financiamento estudantil-fies. 2012.

_____. **Relatório da Gestão Financeira do Exercício de 2013.** Fundo de financiamento estudantil-fies. 2013.

_____. **Relatório da Gestão Financeira do Exercício de 2014.** Fundo de financiamento estudantil-fies. 2014.

_____. **Edição deste ano terá mais de 8,7 milhões de participantes.** 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/edicao-deste-ano-tera-mais-de-8-7-milhoes-de-participantes>. Acesso em: 14 abr. 2015

_____. **Objetivos das avaliações.** 2013. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:8dbzIbSl4LEJ:portal.inep.gov.br/web/prova-brasil-e-saeb/objetivos-das-avaliacoes-gestor+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 20 set. 2013

_____. **Edital do ENEM.** Edital nº 6, de 15 de maio de 2015. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2015/edital_enem_2015.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2015

_____. **Guia de Certificação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.** 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/certificacao/2014/guia_certificacao_enem_2014.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2015

_____. **Aperfeiçoamento da Gestão do Ministério da Educação – MEC. Catalogação das Ações Estratégicas Vinculadas ao PDE.** 2010.

_____. **ProUni – Apresentação.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=205&Itemid=298>. Acesso em: 18 fev. 2015.

_____. **Portaria normativa Nº 7, de 25 de maio de 2015.** Gabinete do Ministro. Ministério da Educação. Diário Oficial da União – Seção 1. 2015.

_____. **Tire suas dúvidas.** 2015. Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/tire-suas-duvidas>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

_____. **Como funciona.** 2015. Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/como-funciona>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

_____. Portal SISUTEC. **Tire suas dúvidas.** Disponível em: <<http://sisutec.mec.gov.br/tire-suas-duvidas>>. Acesso em 19 jun. 2015

CATANI, D. B.; GALLEGO, R. De C. **Avaliação.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CUNHA E. de P.; CUNHA, E. S. M. Políticas públicas e sociais. In: CARVALHO, A.; SALES, F. (Org.). **Políticas públicas.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade.** Ano XXIII. Nº 79. Ago. 2002.

FREITAS, L. C. de. (Org.). **Avaliação: construindo o campo e a crítica.** Florianópolis: Insular, 2002.

GATTI, B. A. Testes e avaliações do ensino no Brasil. **Educação e Seleção**. São Paulo. n° 16. 1987.

_____. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. **Revista de Ciências da Educação**. São Paulo. n° 9. 2009.

GEMAA. **O que são ações afirmativas?** 2011. Disponível em: <<http://gemma.iesp.uerj.br/dados/o-que-sao-acoes-afirmativas.html>>. Acesso em 06 jul. 2015

IBGE. **Metadados – Exame Nacional do Ensino Médio**, 2014. Disponível em: <<http://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/inep/exame-nacional-do-ensino-medio-enem>>. Acesso em: 10 fev. 2015

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo, Cortez. 1991.

LOPES, A. C.; LOPEZ, S. B. A performatividade nas políticas de currículo: O caso do ENEM. **Educ. rev.** [online]. 2010, vol.26, n.1, pp. 89.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Entrevista com Cipriano Carlos Luckesi**. Nova Escola. ed. 191. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/cipriano-carlos-luckesi-424733.shtml>>. Acesso em: 12 jul. 2015

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2008. ed 19.

MENEGHEL, S. M.; KREISCH, C. Concepções de avaliação e práticas avaliativas na escola: entre possibilidades e dificuldades. In: **Anais IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, 2009.

MILDNER, T; SILVA, A. O ENEM como forma alternativa ou complementar aos concursos vestibulares no caso das áreas de conhecimento “língua portuguesa e literatura”: relevante ou passível de refutação? **Estudos em Avaliação educacional**. São Paulo: n. 25, p. 43-76, jan./jun. 2002.

OLIVEIRA, M. **Compare as falas de Dilma nas posses do primeiro e do segundo mandato**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/01/compare-falas-de-dilma-nas-posses-do-primeiro-e-do-segundo-mandato.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015

PERISSÉ, G. **Palavras e origens**, 2010. Disponível em: <<http://palavraseorigens.blogspot.com.br/2010/11/todo-exame-e-exigente.html>>. Acesso em 15 nov. 2015.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed. 1999.

SANTOS, J. M. C. T. Exame Nacional do Ensino Médio: entre a regulação da qualidade do Ensino Médio e o vestibular. **Educar em Revista**. Curitiba. n. 40, p. 195-205. 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologias do Trabalho Científico**. Ed 23. São Paulo. Editora Cortez. 2007.

SILVA, C. S. Estudo qualitativo sobre as mudanças que o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio – provocou nos trabalhos pedagógicos e metodológicos dos professores do ensino médio. **Espaço do currículo**. V. 4. n° 2, p.186-196. 2012.

SEDHS. **O que é Transferência de Renda?** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social. Governo de Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.sedest.df.gov.br/direitos/o-que-e-transferencia-de-renda.html>>. Acesso em 22 jun. 2015.

UFJF. Avaliação Formativa. **CAEd - Faculdade de Educação**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <<http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/pagina-exemplo/tipos-de-avaliacao/avaliacao-formativa/>>. Acesso em 21 jan. 2014.

VIANNA, H. M. **Estudos em avaliação educacional**. N° 12. São Paulo. Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/viewFile/2263/2216>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

VILLAS BOAS, B. M. F. Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico. Ed 5. Campinas. Papyrus Editora. 2004.

VIEIRA, V. M. O. **Representações Sociais e Avaliação Educacional: o que revela o PORTFOLIO**. 261 páginas. Tese Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. 2006.

ZANELLA, R. **EASy – Sistema de avaliações via Web baseado no Hiper-Automaton**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2005.